

MARIA TERESA DE JESUS

Dissertação de Mestrado em Finanças

Orientação: Prof. Doutor Luís Pacheco

Abril de 2014

UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

UNIVERSIDADE PORTUGALENSE INFANTE DOM HENRIQUE

Departamento de Ciências Económicas e Empresariais

MESTRADO EM FINANÇAS

**O PAPEL DO SETOR BANCÁRIO PARA O CRESCIMENTO
ECONÓMICO DE ANGOLA**

MARIA TERESA DE JESUS

Dissertação a apresentar na Universidade Portucalense - Infante D. Henrique,
para obtenção do grau de Mestre em Finanças, sob orientação do Professor
Doutor Luís Pacheco.

Pensamento

Mais vale o pouco do justo do que a abundância dos ímpios

Provérbios 36,16

Agradecimentos

A Deus todo-poderoso pela proteção e benção que me tem dado todos os dias da minha vida.

À direção da Cespu Formação Angola e à Universidade Portucalense pela oportunidade de frequentar este mestrado.

Ao meu orientador pelo seu esforço incansável dedicado neste trabalho de investigação.

Por último, a todos que deram apoio moral e material sem o qual não seria possível a realização deste trabalho.

Dedicatória

Ao meu esposo, aos meus filhos, familiares e amigos com muita consideração.

Resumo

A presente dissertação, intitulada “O papel do setor bancário para o crescimento económico de Angola”, tem por objetivo o estudo do papel dos bancos no sistema financeiro angolano e no seu crescimento económico, tendo em conta o atual processo de reconstrução social, económica e financeira que o país tem sido alvo, em particular no fomento das pequenas e médias empresas, destacando-se a atuação dos bancos públicos e privados e outras instituições financeiras nos diversos períodos de desenvolvimento do setor financeiro em Angola, bem como o seu impacto nos diversos setores do tecido político, social, cultural e económico do país. Para realizarmos este objetivo, procedemos a uma panorâmica sobre o setor bancário, destacando o seu conceito, função e classificação, uma vez que as instituições bancárias, quer sejam nacionais ou estrangeiras, são cruciais no crescimento e na integração económica do país.

Por outro lado, destacamos também o papel do governo no sistema financeiro e no setor bancário em particular, e o papel dos bancos e dos mercados financeiros no crescimento económico dos países africanos. Por último, realçamos o contributo que as instituições bancárias nacionais e estrangeiras podem dar ao crescimento económico e social de Angola e as dificuldades com que as instituições financeiras angolanas se têm deparado. Da análise dos indicadores económicos e do setor bancário angolano podemos concluir que o sistema financeiro angolano tem tido um crescimento considerável, registando-se um crescimento do setor empresarial e dos investimentos privados no país.

Palavras-chave: Sistema financeiro angolano, setor bancário, instituições bancárias e risco de crédito bancário.

Abstract

This monograph entitled " The role of the banking sector to economic growth in Angola", aims to study the role of banks in Angola's financial system and economic growth, taking into account the current process of social reconstruction, economic and financial that the country has been targeted in particular at promoting small and medium enterprises, highlighting the performance of public and private banks and other financial institutions in the various periods of development of the financial sector in Angola, as well as their impact on the various sectors of the political, social, cultural and economic fabric of the country.

To accomplish this goal, we proceed to an overview of the banking sector, highlighting the concept, function and classification of the banking sector, since banks, whether domestic or foreign, are crucial for economic growth and economic integration of the various states.

Furthermore, we also highlight the role of governments in the financial system and the banking sector in particular, the role of banks and financial markets in the economic growth of African countries. Finally, we highlight the contribution that domestic and foreign banking institutions can make to economic and social development of Angola and the difficulties that the Angolan financial institutions have encountered. Analysis of economic indicators and the Angolan banking sector, we conclude that the Angolan financial system has considerable growth, registering a growth of the business sector and private investment in the country.

Keywords: Financial system Angolan, Angolan banking sector, risk of credit of banking credit.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

APB - Associação Portuguesa de Bancos

BNA – Banco Nacional de Angola

BFE - Bancos de Fomento Económico

BM - Banco Mundial

BFA- Bancos de Fomento de Angola

BTA - Banco Totta e Açores

BPA - Banco Popular de Angola

BPC - Banco de Poupança e Crédito

BCI - Banco de Comércio e Indústria

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

CIRC - Central de Informação e Risco de Crédito

COMEF - Comité de Estabilidade Financeira

ENSA - Empresa Nacional de Seguros de Angola

FMI - Fundo Monetário Internacional

MINFIN - Ministério das Finanças

PIB - Produto Interno Bruto

RPA - República Popular de Angola

SPTR - Sistema de Pagamentos em Tempo Real

SEF - Saneamento Económico e Financeiro

S.D. - Sem Data

ÍNDICE

Agradecimentos	iv
Dedicatória	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Índice de abreviaturas	viii
Índice	ix
Índice de tabelas, figuras e gráficos	xi
Introdução	1
CAPÍTULO 1. PANORÂMICA GERAL DO SETOR BANCÁRIO	7
1.1. A História dos Bancos	7
1.2. O Papel dos Bancos no Sistema Financeiro	9
1.3. O Papel dos Governos no setor bancário	11
1.4. Contributo dos Acordos de Basileia no Desenvolvimento do Setor Bancário	13
1.4.1. Basileia I	13
1.4.2. Basileia II	14
1.4.3. Basileia III	14
1.5. A Importância do Crédito no Desenvolvimento Económico e Social	16
1.6. O Risco no Setor Bancário	17
CAPÍTULO 2. O PAPEL DO SETOR BANCÁRIO PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA	20
2.1. História do Setor Bancário em Angola	20
2.2. Estrutura do Sistema Bancário Angolano	25
2.3. Importância da Banca em Angola	26
2.3.1. O papel dos bancos estrangeiros em Angola	27
2.4. A importância do microcredito no crescimento económico de Angola	29
2.5. Dificuldades do setor bancário em Angola	31
2.6. A Bancarização em Angola	32
2.7. Análise macroeconómica de Angola	33

2.8. Análise do setor bancário em Angola	39
2.9. Análise do risco no setor bancário em Angola	46
2.9.1. Avaliação dos pedidos de crédito no setor bancário em Angola	47
2.9.2. Indicadores de risco do setor bancário em Angola	49
CAPÍTULO 3. ANÁLISE DE CASO – O BANCO DE FOMENTO DE ANGOLA (BFA)	54
3.1. Principais marcos históricos do BFA	54
3.2. Principais indicadores bancários do BFA	57
3.3. Considerações finais	61
CONCLUSÃO	65
Recomendações	68
Bibliografia	69
Anexos	73

INDICE DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS

Figura n.º 1 - Esquema do sistema bancário angolano	25
Tabela n.º 1 - Indicadores macroeconómicos de Angola	33
Gráfico n.º 1 – Taxa de crescimento real do PIB (%)	33
Gráfico n.º 2 – Taxa de inflação (%)	34
Gráfico n.º 3 – Setor petrolífero	35
Gráfico n.º 4 – Setor não petrolífero	35
Gráfico n.º 5 – Exportações e Importações (taxa de variação anual)	36
Gráfico n.º 6 – Taxa de câmbio	37
Gráfico n.º 7 – Dívida externa	37
Tabela n.º 2 – Estrutura do Produto Interno Bruto (%)	38
Gráfico n.º 8 - Estrutura do Produto Interno Bruto (%)	38
Tabela n.º 3 - Indicadores do setor bancário em Angola	39
Gráfico n.º 9 - Ativo total (Milhares de Milhões de kwanzas)	40
Gráfico n.º 10 - Passivo total (Milhares de Milhões de kwanzas)	40
Gráfico n.º 11 - Capitais Próprios (Milhares de Milhões de kwanzas)	41
Gráfico n.º 12 - Carteira de crédito (Milhares de Milhões de kwanzas)	42
Gráfico n.º 13 - Carteira de crédito (% ativo)	42
Gráfico n.º 14 - Títulos e valores mobiliários (Milhares de Milhões de kwanzas)	43
Gráfico n.º 15 - Títulos e valores mobiliários (% ativo)	44
Gráfico n.º 16 – Depósitos (Milhares de Milhões de kwanzas)	44
Gráfico n.º 17 - Crédito / Depósitos (rácio de transformação)	45
Gráfico n.º 18 - Adequação do capital (rácios de solvabilidade e fundos próprio - %)	49

Gráfico n.º 19 - Rendibilidade dos ativos e rendibilidade do capital (%)	50
Gráfico n.º 20 – Taxa de Depósitos de poupança e taxa de empréstimo - taxa de depósito à ordem (%)	51
Gráfico n.º 21 - Margem financeira/margem bruta de intermediação (%)	51
Gráfico n.º 22 – Liquidez (%)	52
Gráfico n.º 23 - Qualidade dos ativos (%)	53
Gráfico n.º 24 - Principais indicadores bancários do BFA (milhões de dólares)	57
Gráfico n.º 25 - Rendibilidade do ativo total, Rendibilidade dos fundos próprios e Rácio de solvabilidade	58
Gráfico n.º 26 - Crédito vencido (milhões de dólares)	59
Gráfico n.º 27 - Crédito vencido em % da carteira de crédito	59
Gráfico n.º 28 - Provisões sobre crédito (milhões de dólares)	60
Gráfico n.º 29 - Provisões sobre crédito (%)	61

Introdução

O atual processo de reconstrução de Angola no pós-guerra não pode ser dissociado da atividade das instituições bancárias. O desenvolvimento da estrutura económica de Angola depende dos mecanismos de intermediação financeira e da atuação dos bancos, e estes constituem a base do sistema financeiro monetário angolano.

A maior parte da população angolana não tem acesso aos serviços bancários, particularmente nas zonas rurais. Aquela enfrenta dificuldades na obtenção de crédito para financiamento dos seus projetos de investimento, em particular as pequenas empresas e as pessoas mais pobres. Muitas são as instituições bancárias angolanas que preferem conceder empréstimos a taxas de juros elevadas, com o intuito de obter maiores lucros, e com prazos muito limitados.

A regulamentação do setor bancário em Angola é responsabilidade do Banco Nacional de Angola, criado após a independência, em 1976, diretamente subordinada ao Ministério das Finanças, entidade reguladora das instituições bancárias e não financeiras em Angola. A sua função está concentrada na regulamentação e elaboração dos instrumentos necessários para o funcionamento saudável do setor financeiro e o desenvolvimento nacional.

A partir de 1991, deu-se início à expansão da atividade bancária para os agentes privados. Fruto da estabilidade política e macroeconómica do país e da confiança que os angolanos têm no sistema financeiro nacional, o sistema financeiro, em particular a banca, sofreu sucessivas reformas entre 2002 e 2006.

A presente evolução do setor bancário angolano é resultado em parte da internacionalização e liberalização dos mercados financeiros, em particular da banca, e do aumento da concorrência dos mercados bancários. Foram criados dois bancos comerciais públicos para se ocuparem, sobretudo, dos depósitos em moeda nacional ou estrangeira: o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Banco de Comércio e Indústria (BCI). Os bancos de fomento económico (BFE)

foram alargados em 1996 junto com a permissão de instalação de bancos comerciais estrangeiros.

Com o calar das armas e o fim da guerra, o sistema bancário tem-se desenvolvido em termos de dimensão e lucratividade. Regista-se um crescimento na percentagem da população com acesso à banca e o aumento do número de instituições bancárias, na sua maioria de capital privado, estimulando o crescimento económico do país e oferecendo mais e melhores serviços. Este crescimento deve-se, em grande medida, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que se tem desenvolvido num ritmo satisfatório e sustentável e motivado pela entrada de capitais estrangeiros e pelas inovações tecnológicas.

Assiste-se ao crescimento do número de bancos estrangeiros, principalmente portugueses, no mercado angolano, em busca de oportunidades de lucro proporcionadas pela dinâmica do mercado. Os bancos estrangeiros aproveitam-se das lacunas administrativas dos bancos nacionais, em particular dos bancos públicos e estatais, e das brechas do sistema financeiro. Diante deste facto, é imprescindível que a atuação das instituições bancárias seja baseada em leis e princípios e fiscalizada pelo órgão responsável que é a autoridade monetária.

Um dos grandes desafios do sistema financeiro angolano é a internacionalização do setor bancário local. O mercado bancário angolano, está sujeito a flutuações do mercado internacional, das políticas das instituições bancárias e das organizações financeiras internacionais (exemplo, o Banco Mundial e o FMI). O setor bancário angolano enfrenta problemas estruturais, nomeadamente, a necessidade de maior supervisão para um melhor funcionamento do setor bancário e que capacite os bancos de liquidez para fazer face aos riscos operacionais. Esse conjunto de medidas contribuirá para reforçar os aspetos positivos e a dinâmica do setor bancário angolano.

Razão da escolha do tema de investigação

A escolha deste tema foi motivada pela:

- Necessidade crescente de compreender o papel do setor bancário para o crescimento económico de Angola;
- O tema em questão possibilitará conhecer a gênese do setor bancário, tendo em conta os diversos períodos da história da banca, contribuindo para uma cultura de poupança entre a população, geração de emprego, produção de bens e serviços e combate à pobreza;
- A fraca divulgação do tema ao nível dos ciclos académicos, sobretudo conhecimentos ligados ao sistema financeiro, em particular sobre o papel do setor bancário no crescimento económico de Angola

Apresentação do problema de investigação

A partir deste quadro formulamos o seguinte problema fundamental:

- **Qual é o papel do setor bancário para o crescimento económico de Angola?**

Na base do problema científico, formulamos as seguintes perguntas de investigação

- Quais as características e estado atual do setor bancário em Angola?
- Quais as medidas a serem implementadas para a expansão do setor bancário em Angola?
- Qual é o impacto do risco de crédito sobre o setor bancário em Angola?
- Qual é o impacto da crise financeira internacional sobre o setor financeiro em Angola, em particular o setor bancário?

A partir do problema de investigação sobre o papel o setor bancário para o crescimento económico de Angola, formulamos os seguintes objetivos:

Objetivo geral da investigação

- Caracterizar o papel do setor bancário no crescimento económico de Angola

Objetivos específicos:

- Demonstrar a importância do setor bancário e do crédito no fomento do setor empresarial
- Analisar o impacto das mudanças no setor bancário e o risco de crédito no setor bancário em Angola
- Analisar os indicadores económicos de Angola e do setor bancário, bem como o seu impacto sobre o Produto Interno Bruto
- Realçar as dificuldades que as instituições bancárias enfrentam em Angola
- Apontar os esforços empreendidos para a consolidação do setor bancário em Angola
- Descrever o BFA como amostra do sector bancário angolano

Metodologia de investigação

Pesquisa documental: foi decisiva para a pesquisa de coleta de dados, realizada a partir de documentos contemporâneos, considerados cientificamente autênticos para abordagem do tema. A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, complementando as informações obtidas.

Internet: A partir das informações e documentos colhidos dos diversos sites, permitiu obter informações que foram decisivas na compreensão do tema, na base de um estudo comparado.

As pesquisas bibliográficas de vários autores: Permitiram-nos fazer uma elaboração teórica sobre as principais temáticas que envolvem o tema. A abordagem contou com a visita a livrarias e bibliotecas situadas no Lobito (Universidade Católica, Universidade Lusíada e Biblioteca Municipal) e em Benguela (Universidade Katiavala Bwila, Universidade Jean Piaget, Instituto

Superior Politécnico de Benguela) e a mediateca de Benguela, cujas informações constituíram uma mais-valia na materialização dos objetivos que nos propusemos.

Estrutura do texto

O trabalho foi elaborado de acordo os objetivos da investigação, já que o tema centra-se na análise do papel do setor bancário para o crescimento económico de Angola. O trabalho apresenta-se em três capítulos fundamentais.

Capítulo 1 - Panorâmica geral do setor bancário

Trata da panorâmica do setor bancário, destaca o conceito e função do setor, assim como o papel dos governos e dos bancos no sistema financeiro e no sistema financeiro africano e o contributo dos acordos de Basileia no desenvolvimento do setor bancário.

Capítulo 2 - O papel do setor bancário para o crescimento económico de Angola

Descreve a importância do setor bancário para o crescimento económico de Angola, bem como as mudanças visíveis na banca, desde o período colonial até à atualidade, assim como o papel dos bancos no apoio ao setor empresarial, em particular às pequenas e médias empresas.

Capítulo 3 - Análise de caso – O Banco de Fomento de Angola (BFA)

Neste capítulo destacamos a participação do BFA no fomento da atividade empresarial angolana. O trabalho conta ainda com um resumo, introdução, conclusão, propostas e recomendações e bibliografia, anexos e índice de abreviaturas.

Limitações do trabalho

Ao elaborarmos esta dissertação deparamos com os seguintes obstáculos:

- Grande défice de bibliotecas e livrarias escolares
- Fracas publicações bibliográficas no ramo académico, em particular no setor da gestão e finanças
- Fraca participação dos académicos na solução dos problemas sociais e económicos do país, ignorando o papel das teses de licenciatura, mestrado e doutoramento, no processo de reconstrução de Angola
- Controlo das informações de carácter público, económico e social, por parte das instituições privadas e públicas e governamentais, dificultando a compreensão dos esforços económicos e sociais de Angola.
- Excesso de burocracia na cedência de informações em muitas instituições públicas e privadas, fato que provocou morosidade na presente dissertação.

Errata

Tendo em conta a complexidade do tema, ao longo da execução dos propósitos traçados, deparamos com diversos obstáculos, que embora não impedindo a caminhada exitosa do trabalho, impuseram lacunas e brechas no conteúdo e na análise de dados. Por isso pedimos desculpa pelos erros ortográficos e lacunas que a presente dissertação possa apresentar.

CAPÍTULO 1. PANORÂMICA GERAL DO SETOR BANCÁRIO

1.1. A História dos Bancos

A origem dos bancos remonta à história das primeiras civilizações antigas, quando estas concediam empréstimos de sementes para a atividade agrícola e provisões (mercadoria) para o comércio. Mas os primeiros registos da atividade bancária provêm dos Fenícios, inventores do crédito, resultado do comércio a longa distância com os povos do mediterrâneo e não só. Os primeiros bancos e as primeiras casas de câmbio foram obra dos gregos que, durante a antiguidade clássica, inventaram o diário e razão. O termo foi atribuído aos romanos para designarem a mesa onde se fazia a troca de moeda. Tal como os gregos, os romanos também utilizavam o diário e o razão, e é-lhes atribuído o primeiro livro comercial.

A atividade de trocar moeda expandiu-se na Europa durante a idade média. Surgem assim os banqueiros que não só trocavam moedas mas faziam a autenticidade do metal, ouro e a prata e em troca recebiam uma comissão pelo serviço prestado. Posteriormente, passaram a conceder empréstimos mediante o pagamento de juros, uma atividade que a igreja condenava, o que fez com que os judeus enriquecessem com esta atividade. Com o fim da idade média, os banqueiros enriqueceram com as terras despojadas dos senhores feudais, por incumprimento do pagamento dos empréstimos.

Os bancos, como hoje são conhecidos, tiveram a sua origem no renascimento, nas cidades italiana de Florença, Veneza e Génova. O primeiro banco foi criado em Veneza, com garantia do Estado em 1157. Nesta altura o banco mais famoso foi o Banco Medici criado em 1397, por Giovanni Medici. Da Itália difundiu-se pelas cidades europeias como Amesterdão, centro económico mundial no século XVI e XVII.

Durante a revolução industrial, surgiram novos bancos para apoiar a atividade industrial que estava em rápido progresso. Os bancos apoiavam diretamente as fábricas e as indústrias. Os fundos disponibilizados pelos bancos foram usados para adquirir novos equipamentos ou para melhorar os equipamentos existentes, permitindo a expansão das fábricas. Na Inglaterra os bancos desenvolveram-se durante o século XVII, com os depósitos nos ourives para efeitos de segurança. Estes emitiam um título que garantia o pagamento futuro em certa quantidade. Os banqueiros também emprestavam dinheiro a juros. Os empréstimos não eram apenas concedidos às pessoas singulares, mas também emprestavam ao governo para financiar as suas campanhas militares contra a França. Em 1694 foi criado o Banco de Inglaterra.

Nos Estados Unidos, o primeiro banco foi o Bank of North America, com sede em Filadélfia (1781). Na França, o banco central foi criado em janeiro de 1800, por Napoleão Bonaparte, quando a Suécia e a Inglaterra já tinham um banco emissor. Atualmente, os bancos emitem passivos de curto prazo (depósitos em conta-corrente, ou seja, dívida com prazo de maturidade zero) com o intuito de financiar investimentos de longo prazo (por exemplo, empréstimos comerciais, hipotecários etc.). Se os clientes constantemente renovarem as suas dívidas (isto é, se absterem de sacar suas contas-correntes), os bancos não terão problemas de liquidez. As crises no setor bancário surgem em grande parte, quando há uma mudança de comportamento e os clientes decidem tirar os seus fundos dos bancos.

A história do sistema bancário é repleta de crises, turbulências, euforias, depressões, quebras generalizadas, altos lucros e flutuações desenfreadas. E, não obstante, o setor parece não ter aprendido muita coisa ao longo do tempo. A eclosão da internet acrescentou ainda mais acesso a serviços bancários e contas a um nível que nunca fora visto antes. Durante os séculos XX e XXI, a evolução do sistema bancário está cada vez mais associada ao desenvolvimento da informática e telecomunicações, o que tem permitido o crescimento rápido não apenas no que diz respeito à sua dimensão, mas nos serviços que estes oferecem.

1.2. O Papel dos Bancos no Sistema Financeiro

Segundo Abreu et al. (2012), os bancos são instituições financeiras monetárias públicas ou privadas, cuja atividade baseia-se em fornecer recursos financeiros sob forma de empréstimos aos agentes económicos (pessoas físicas e jurídicas), que necessitam de capitais para a realização dos seus projetos ou investimentos. Os bancos não só emprestam capital, como também aceitam depósitos sob a forma de aplicação, bem como a venda de títulos do tesouro e da dívida pública. Os valores depositados são guardados em caixa ou em reservas no banco.

Para Vasconcelos (2011), a operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. De entre as instituições financeiras, os bancos são as mais importantes do sistema financeiro, uma vez que o capital social (capital alheio) da maior parte das empresas é resultante de empréstimos bancários, isto porque grande parte das pequenas e médias empresas apresentam dificuldades de acesso aos mercados financeiros, em particular às bolsas de valores, já que as empresas que são financiadas por via de ações são empresas que necessitam de valores em quantidade para financiar projetos.

Os lucros bancários resultam do mecanismo de crédito e das taxas de juros aplicadas sendo os montantes emprestados tendo em conta os riscos e os prazos de pagamento. Os empréstimos bancários são complexos, dadas as restrições e obrigações impostas a quem acede ao crédito. O crescimento do setor bancário está relacionado com as inovações no setor financeiro, impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico e pela necessidade das instituições em rentabilizarem os seus capitais e diversificarem as suas atividades. As crises no setor bancário têm um impacto devastador para o sistema financeiro, surgindo crises financeiras, uma vez que a redução dos empréstimos por parte das instituições bancárias afeta não só o setor produtivo, mas toda a atividade económica (Bonatto, 2008).

Ao contrário dos bancos comerciais, os bancos de investimento não possuem contas correntes, sendo instituições financeiras privadas de capital aberto, que atuam no financiamento de grandes empresas e como intermediários financeiros nos mercados, na avaliação de empresas, na transação de valores imobiliários (ações e obrigações) e na gestão de carteiras. Dão igualmente apoio nos processos de fusão ou reorganização de empresas. Outras instituições bancárias preponderantes no sistema financeiro são os bancos múltiplos. Estes são instituições estatais e privadas, sob forma de sociedades anónimas, que realizam funções exercidas pelos bancos comerciais e bancos de investimento, atuando nos mercados de crédito como financiadores de investimento no setor empresarial e nos mercados imobiliário e de arrendamento comercial.

No sistema financeiro, os bancos de desenvolvimento têm a missão de promover o desenvolvimento económico de um país ou região, através do financiamento de investimentos com taxas de juros baixas, de programas que fomentam o crescimento económico e social dos estados. Fazem-no com base em depósitos, empréstimos externos e emissão de títulos.

A concorrência interbancária tem levado os bancos a criarem novas oportunidades de negócio, aplicando receitas avultadas e envolvendo maiores riscos, em negócios que têm implicações no seu ciclo de exploração e balanço. A expansão da atividade bancária tem elevado os riscos, já que é preciso ter conhecimento apurado do mercado e dos riscos subjacente ao mesmo. O papel desempenhado pelos bancos dentro do sistema financeiro levou à criação de normas que visam reger as atividades bancárias, com o objetivo de reduzir os riscos e assegurar a concorrência no setor.

A garantia de depósito, serve para proteger os depositantes em caso de falência, podendo aqueles reaver os seus depósitos, reduzindo assim a incerteza ao nível do setor. Este sistema funciona como um seguro em caso de falência. Por outro lado cria balizas para que os bancos não assumam investimentos de maiores riscos. Além das garantias de depósito temos os

indispensável em função dos ativos, regras essas estipuladas pelos agentes reguladores do setor, com o intuito de preservar os interesses dos clientes e dos próprios bancos (vd. as regras de Basileia na secção 1.4).

A imposição de rácios mínimos tem como finalidade prevenir os riscos de crédito associados à atividade bancária, dados os constantes riscos resultante da liberalização do sistema bancário. O objetivo é garantir aos bancos maior solidez e solvabilidade e proteger os clientes da falência ou perdas resultantes da péssima gestão. A sua supervisão bancária tem por meta o controlo da atividade bancária de modo a evitar a exposição ao risco, o que pode levar à suspensão de certas práticas e à imposição de determinados regulamentos.

A regulamentação é fundamentalmente exercida pelos bancos centrais, a fim de melhorar o desempenho dos bancos e evitar a sua falência. A avaliação da gestão de riscos no setor bancário visa avaliar a qualidade do balanço e dos níveis de capitais próprios e ativos, com o objetivo de avaliar as potenciais perdas resultantes do ciclo operacional dos bancos.

1.3. O Papel dos Governos no setor bancário

Os governos desempenham um papel extremamente importante no sistema financeiro, por meio das suas instituições financeiras (ministério das finanças e banco central). Os governos monitorizam o sistema financeiro interno e as demais instituições do setor económico, elaborando as normas que garantem o bom funcionamento dos mercados e instituições financeiras. Os esforços dos governos são dirigidos para a estabilidade macroeconómica de cada estado, visíveis nas suas políticas monetárias, de modo a garantir a estabilidade do setor financeiro e o crescimento económico. Estão patentes nos programas de combate à inflação, mediante o equilíbrio entre a procura e da oferta dos bens e serviços.

É também tarefa dos governos ou bancos centrais estabilizar as taxas de juro e definir políticas cambiais, de forma a estabilizar as taxas de câmbio e os fluxos de capitais. O papel do setor público nos bancos é somente dar apoio no momento de necessidade. Aracena (2013) defende a redução de participação: já que a regulação é a mesma para todos os bancos, isso deve ser suficiente para dar segurança.

As instituições governamentais afetas ao sistema financeiro fornecem informação aos depositantes e às demais entidades, de maneira que estes possam estar ao corrente dos riscos das instituições financeiras que atuam no ramo que pretendem investir. Todas as normas que regulamentam os sistemas financeiros não têm por finalidade colocar os mercados financeiros ao serviço dos governos, mas favorecer a regulamentação e a supervisão dos mercados financeiros, de modo que as empresas sejam mais competitivas e de forma a evitar a concorrência desleal e conseqüentemente um colapso por parte das organizações de maior risco.

Por meio das suas instituições financeiras, os governos podem implementar políticas de estabilidade financeira, com o objetivo de travar défices orçamentais ou, com a emissão de títulos da dívida pública, para financiar projetos sociais. É também tarefa dos governos promover a parceria entre as instituições financeiras, de forma a garantir um melhor funcionamento dos mercados financeiros, e para que as mesmas possam colmatar as possíveis necessidades de liquidez e riscos de falência.

Cabe também às instituições governamentais controlarem não apenas o comércio interno, mas as importações e exportações, com o intuito de regularem os investimentos estrangeiros, uma vez que destes equilíbrios depende a eficácia do sistema financeiro e o desenvolvimento económico. Por outro lado, os governos devem firmar intercâmbios sempre que necessário com as instituições financeiras internacionais, uma vez que estas podem auxiliar na solução de crise internas que podem ter impacto à escala global, como os défices orçamentais, crises da dívida pública e da dívida externa. Os acordos

bilaterais entre os governos são um fator decisivo na estabilidade do sistema financeiro internacional, pois ajudam a eliminar barreiras comerciais, que têm uma grande influência sobre os fluxos de capitais.

1.4. Contributo dos Acordos de Basileia no Desenvolvimento do Setor Bancário

Os acordos de Basileia foram realizados na cidade de Basileia, na Suíça, com o objetivo de elaborar os mecanismos de avaliação dos riscos de crédito no setor bancário e evitar a falência das instituições bancárias. Para tal, foram realizados vários acordos, entre eles: Basileia I, Basileia II e Basileia III.

1.4.1. Basileia I

O primeiro acordo ocorreu em 1988, ficando conhecido como *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*. Este acordo contou com mais de 100 países, tendo sido estabelecido o capital mínimo exigido no setor bancário para suportar o risco de crédito, de modo a garantir a estabilidade do setor bancário e minimizar a concorrência desleal entre os bancos quer a nível interno, quer a nível internacional. Neste acordo foram elaborados três princípios, capital mínimo exigido, Disciplina de mercado e transparência e supervisão do sistema bancário, que deviam ser usados pelas autoridades estatais para supervisionar o setor bancário nos estados que subscreveram o acordo (Sales, 2007).

Face aos progressos obtidos com o acordo de Basileia I, efetuaram-se algumas emendas, que resultaram numa maior abordagem da necessidade de alocação de capital para cobertura de riscos de mercado. Em janeiro de 1996 foi publicada uma emenda ao acordo de Basileia I, a Emenda de Risco de Mercado, com destaque nos seguintes pontos: aumento dos controlos sobre riscos no setor bancário; extensão dos requisitos para a definição do capital mínimo exigido, adicionando o risco de mercado; possibilidade de utilização de modelos internos na mensuração de riscos, desde que aprovados pelo regulador local (Banco Central do Brasil, 2013).

1.4.2. Basileia II

O acordo de Basileia I não conseguiu evitar inúmeras falências de instituições financeiras na década de 90. Em 2004, foi assinado um novo acordo com a finalidade de fazer cobertura ao risco de falência do setor bancário, baseado em três pilares e 25 princípios básicos sobre contabilidade e supervisão do sistema bancário. Os acordos de Basileia II tinham como o objetivo garantir a estabilidade financeira; melhorar o funcionamento das instituições bancárias e criar melhores mecanismos para a gestão de risco e crises e disciplinar as atividade bancárias (Pereira, 2005).

Os três pilares do acordo eram os seguintes:

- Capitais mínimos exigidos: tinha como objetivo determinar a liquidez necessária por parte das instituições bancárias de maneira a suportarem os investimentos de maior risco e as possíveis perdas operacionais. Por outro lado, as instituições bancárias tinham de pedir empréstimos de capitais para cobertura de eventuais perdas resultante do risco operacional.
- Supervisão do sistema bancário: tinha como finalidade reforçar o processo de supervisão do setor bancário.
- Disciplina de mercado e transparência: tinha como objetivo elaborar normas que visavam disciplinar o setor bancário de forma a evitar-se o risco de informação assimétrica e melhorar assim a gestão de risco e a afetação de fundos.

1.4.3. Basileia III

Foi um acordo realizado a 16 de dezembro de 2010, sob a égide do fórum de estabilidade financeira e pelo grupo dos 20 países mais desenvolvidos do mundo (G-20), cuja finalidade assentava na elaboração de normas com vista a regulamentar o setor bancário, motivado pela crise originada no setor imobiliário dos Estados Unidos da América e pelo aumento dos valores apresentados no balanço dos bancos, pois muitas instituições

bancárias não dispunham de capital para fazer face à ausência de liquidez (Leite, 2012).

Um dos pontos deste terceiro acordo foi que os bancos deviam reforçar as suas reservas de capital para se protegerem de crises futuras, triplicando as suas reservas para 7% do capital, face aos 2% exigidos anteriormente pelas normas internacionais e os 4% praticados pelos grandes bancos americanos. Para estimular os bancos à concessão de empréstimos, o comité propôs que a implementação das normas deliberadas neste acordo devia ser feita num período de oito anos.

Os bancos devem possuir um capital mínimo denominado de Tier 1 (definir Tier 1 de 4,5 %¹. O valor total de Tier 1 foi determinado em 6%, face aos 4% atuais. Os bancos devem possuir uma proteção adicional denominada de "amortecedor de proteção", de 2,5%, formada por ativos comuns. Será também exigido o "amortecedor de proteção anticíclico" de entre 0 e 2,5 % em condições de crédito excessivo. Este seria formado por ativos como ações ordinárias, que terão de ser constituídos em período de prosperidade e usados em tempos de crise. Estas regras serão implementadas de janeiro de 2013 até 2015. A proteção adicional será implementada de janeiro de 2016 a 2019. O acordo foi concluído numa reunião entre autoridades de 27 estados dirigida pelo presidente do Banco Central Europeu. Os bancos que não cumprirem com as orientações saídas no acordo de Basileia III terão de aumentar a sua retenção de lucros, ficando com escassez de recursos para pagamentos dos seus quadros e distribuição de dividendos, podendo igualmente ser obrigados a realizar aumentos de capital.

¹ Tier 1 é uma medida central da saúde financeira de um banco, do ponto de vista de um regulador. Ele consiste primariamente do capital próprio da instituição, mas pode também incluir ações preferenciais desde que estas não sejam resgatáveis (<http://www.thinkfn.com/wikibolsa>).

1.5. A Importância do Crédito no Desenvolvimento Económico e Social

Para Carvalho (s.d), o crédito bancário é uma operação realizada pelas instituições financeiras monetárias, em particular os bancos, destinado ao setor empresarial ou a pessoas singulares, com o objetivo de obter lucro revestido de uma taxa de juro e um prazo de reembolso.

O crédito bancário constitui a forma de financiamento intermediado mais comum a nível do setor empresarial. Podem ser classificados em de curto, médio (como é o caso do crédito em conta-corrente ou do *factoring*) e longo prazo (por exemplo, um empréstimo por obrigações ou em regime de leilão). Por norma, os lucros das entidades financeiras de crédito ou bancos são calculados com base numa determinada taxa de juro que incide sobre o montante financiado (Nunes, 2011).

O crédito bancário representa a alavanca do desenvolvimento económico, financeiro e social de cada estado. Cria novas oportunidades de investimento, possibilita uma maior expansão do setor empresarial, aumenta a quantidade de transações comerciais e a maior oferta de bens e serviços. Dada a sua importância, são concedidos de forma a ajudar os clientes em situação de dificuldade financeira. Elas são realizadas por contrato bancário que funcionam dentro do seu enquadramento jurídico, facto que os distingue de outros contratos (Filho, 2013).

O crédito bancário pode ser de curto, médio e de longo prazo, com possibilidade de extensão dos prazos mediante negociações entre as partes envolvidas. As operações de curto prazo vão de 120 até 360 dias. O crédito de médio prazo vai até cinco anos e o de longo prazo estende-se de cinco anos em diante, com mais tempo para o cumprimento das obrigações e maiores taxas de reembolso. A concessão dos créditos é feita normalmente mediante uma garantia real e pessoal.

1.6. O Risco no Setor Bancário

O risco no setor bancário pode ser entendido como a menor ou maior probabilidade de uma instituição bancária não conseguir reembolsar o capital emprestado a uma determinada entidade. Para Paula (2000), o risco é a probabilidade de não obter o retorno esperado no investimento realizado. O risco é definido como a própria variância do retorno. Quanto maior a amplitude desse desvio, maior será o resultado exigido para compensar o risco assumido.

O risco no setor bancário surge através da prestação de serviços que os bancos prestam aos seus clientes. Os maiores riscos para o setor bancário decorrem dos empréstimos individuais. A possibilidade de que esses empréstimos não sejam honrados no total ou parcialmente é bastante elevada. Na sua maior parte, os bancos, estão sempre dispostos a correr riscos, desde que cobram uma taxa de juro, em detrimento dos valores em causa. Quanto maior o risco que os bancos assumem, mais dinheiro que esperam ganhar. Quanto mais débil for a situação financeira de qualquer entidade, maior é a probabilidade da dívida e os juros não serem pagos. O risco de crédito determina a notação de crédito da entidade.

Na busca de evitar essas perdas, os bancos procuram assegurar que o risco assumido por ele é informado e prudente. É o controlo desta "atividade" que constitui o negócio da gestão de risco. Para controlar o risco, a primeira função dos gestores de risco é assegurar que o total de risco assumido é comparável à capacidade que o banco tem de absorver perdas potenciais em caso das operações não obterem sucesso. Assim, os bancos esperam ganhar com o retorno dos riscos por eles assumidos (Pereira, 2005). Os riscos do setor bancário podem ser enquadrados em três categorias: risco de mercado, risco de crédito e risco operacional. Risco sistémico ou de mercado decorre da probabilidade de ocorrer possíveis perdas mediante movimentos desfavoráveis no mercado. O risco de mercado pode ser entendido como a incerteza em relação aos resultados de uma instituição financeira decorrente das mudanças ocorridas nos preços dos ativos negociados no mercado.

Risco sistémico ou de mercado é um tipo de risco que afeta todas as empresas em geral e as não é passível de ser reduzido pela diversificação. Diz respeito à incerteza da inflação, da política monetária e orçamental e das mudanças conjunturais. As perdas são resultantes da forma como é visto um ativo ou instrumento no mercado e um exemplo de risco de mercado são as potenciais perdas na bolsa de valores. O risco de mercado decorre da interferência de uma série de fatores, tais como:

- Alteração na taxa de juro;
- Divulgação de indicadores económicos: inflação, crescimento, poupança, confiança do consumidor;
- Crises políticas, escândalos, denúncia;
- Crises financeiras ou bancárias, nacionais ou internacionais;
- Guerras, revoluções, atentados terroristas;
- Grandes oscilações nos mercados internacionais;
- Mudanças de ordem política ou alteração de ministérios importantes;
- Alteração nas alíquotas de imposto pelo governo;
- Aceitação pelo mercado de colocação de títulos públicos;
- Classificação do risco do país pelos organismos internacionais;
- Resultados de pesquisas de intenção de votos em períodos eleitorais.

Risco de Crédito define-se como incapacidade de uma instituição financeira responsável pela emissão de títulos de valores mobiliários de honrar os compromissos assumidos com investidores. Segundo Brito (2008), o risco de crédito é definido pela perda no evento de não pagamento do devedor, ou no evento de deterioração da qualidade do crédito do devedor. Este tipo de risco pode ser resultante má gestão ou das dificuldades com planos económicos, obrigações contratuais, que não foram cumpridas por uma das partes. O risco de crédito está intimamente ligado ao potencial de retorno de um investimento, sendo a mais notável que os rendimentos dos títulos estão fortemente correlacionados com o risco de crédito percebido. Refira-se igualmente que existe uma fronteira pequena entre o risco de mercado e o risco de crédito.

Basileia II define risco operacional como o risco de perdas resultantes da inadequação ou falha de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco operacional surge de riscos decorrentes da execução de funções dentro de uma da empresa por pessoal incompetente ou falta de comunicação entre as empresas, clientes e colaboradores.

CAPÍTULO 2. O PAPEL DO SETOR BANCÁRIO PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA

2.1. História do Setor Bancário em Angola

A história do setor bancário em Angola data da instalação do primeiro estabelecimento bancário em 1865, que começou a funcionar em Agosto desse ano. Este estabelecimento bancário era uma filial do Banco Nacional Ultramarino, com sede em Lisboa e representação em Luanda, sendo responsável pela emissão de moeda. A emissão descontrolada de moeda levou a uma condição financeira insustentável, pelo que, para controlar esta situação as autoridades coloniais criaram uma Junta de Moeda, dando início à reforma monetária no setor bancário em Angola, culminando com a criação em 1926 do Banco de Angola (Ministério das Finanças, 2013).

A 14 de Agosto de 1926 foi criado o Banco de Angola, com sede em Lisboa, sob direção do Ministro das Colónias. Este banco tinha como meta a defesa dos interesses coloniais de Portugal. O Banco de Angola deteve o monopólio do setor bancário em Angola até 1957, altura em que surgiu no mercado o Banco Comercial de Angola de direito angolano. O Banco de Angola deteve o direito exclusivo de emissão de notas e exercia o comércio bancário. A partir de 1957, o setor bancário angolano, passou a contar com mais cinco bancos comerciais (o Banco Comercial de Angola, o Banco de Crédito Comercial e Industrial, o Banco Totta Standart de Angola, o Banco Pinto & Sotto Mayor e o Banco Inter Unido) assim como quatro estabelecimentos de crédito (o Instituto de Crédito de Angola, o Banco de Fomento Nacional, a Caixa de Crédito Agro-Pecuária e o Montepio de Angola).

Após a conquista da independência, verificou-se uma fuga massiva de quadros bancários e a fuga de capitais com o perigo da redução imediata da liquidez do sistema bancário angolano. Para por fim a tais fugas, a 14 de Agosto de 1975, o governo angolano pôs em prática um plano destinado a salvar o sistema monetário e financeiro. Este plano ficou conhecido como "Tomada da Banca", culminando com a criação do Banco Nacional de Angola

Com a independência foi criada a República Popular de Angola e implementado o socialismo como formação socioeconómica, com apoio da ex-União Soviética. Ao mesmo tempo começa a guerra civil em Angola, que terminaria três décadas depois com assinatura dos acordos de Luanda em 2002. Segundo o BNA, em 1975 foi nomeado um grupo de técnicos bancários, com a missão de implementar um plano estabelecido pelo Ministério do plano e das finanças que consistia na ocupação física das instituições bancárias do regime colonial, nomeadamente o Banco Comercial de Angola e o Banco de Angola, pondo fim aos órgãos sociais do sistema bancário colonial.

O ano de 1975 marca uma nova etapa no setor bancário em Angola, razão pela qual o dia 14 de agosto ficou conhecido como o “Dia do Trabalhador Bancário”, instituído em 1980. Com a “Tomada da Banca”, o Governo confiscou os ativos e passivos do Banco de Angola e criou o Banco Nacional de Angola, com funções de banco central, banco emissor, Tesouro e de Comércio Bancário. Paralelamente, a lei nº70/76, confisca o Banco Comercial de Angola e cria o Banco Popular de Angola. O Banco Nacional de Angola foi criado e através da Lei Nº 69/76, publicada no Diário da República Nº 266 – 1ª Série de 10 de Novembro de 1976 (BNA, 2013).

O BNA passou a estar diretamente subordinado ao Ministério das Finanças. A partir de 1978, através da lei Nº 4/78 de 25 de fevereiro, a atividade bancária passou a ser exclusivamente exercida pelos bancos do Estado, pondo fim à atividade dos bancos comerciais privados e iniciando igualmente a expansão das delegações do BNA por todo o território angolano.

A atividade das empresas de seguros surgiu em 1922 no período colonial. Neste período não havia fundos de pensões, que foram apenas instituídos a partir de 1998. Com a independência, os serviços de seguros passaram a ser apenas atividade exclusiva da ENSA - Empresa Nacional de Seguros de Angola, estabelecida também em 1978. Em 1981, todas as companhias privadas seguradoras foram liquidadas e os seus ativos e passivos transferidos para a ENSA (ENSA, 2013).

Em 1987, o governo angolano empreendeu as primeiras reformas no setor financeiro que marcaram a transição da economia centralizada para a economia de mercado, impulsionada pela crise económica dos anos 80, marcado pela fraca produção interna, aumento do conflito interno e agravado pela crise no setor dos petróleos dos anos 80. Este programa ficou conhecido como SEF (Saneamento Económico e Financeiro)².

Em 1991, o Governo iniciou a implementação da reforma do setor financeiro e aprovou uma nova legislação, criando um sistema bancário de dois níveis, nomeadamente através das leis nº. 4/91 - Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola e nº. 5/91 - Lei das Instituições Financeiras, que pôs fim ao monopólio do Estado no setor financeiro. A nova Lei Orgânica institucionaliza o BNA, como Banco Central de um sistema bancário de dois níveis, consagrado como autoridade monetária, agente da autoridade cambial e separado das funções comerciais, enquanto que a Lei das Instituições Financeiras, regulava o exercício de funções de crédito e a constituição de outras instituições de capitais privados, nacionais ou estrangeiros. O sistema bancário nacional passou então a ser composto, para além do BNA, por mais dois bancos comerciais angolanos constituídos sob forma de sociedades anónimas de capitais públicos - o Banco de Poupança e Crédito (BPC, ex-BPA) e o Banco de Comércio e Indústria (BPC, 2013).

Assim, o Banco Nacional de Angola deixou de abrir contas de depósitos tanto em moeda local como em moeda estrangeira e iniciou-se a implementação de um programa de cessação de atividades comerciais em Luanda. Foram igualmente introduzidos os primeiros instrumentos de política monetária, nomeadamente as reservas obrigatórias e aumentadas as taxas de juro. Em 1993, surgiram as primeiras instituições bancárias estrangeiras em

² Constituiu o início de uma mudança que viria a concretizar-se no início da década de 90, com a abertura do sistema político ao multi-partidarismo e a passagem da planificação e gestão centralizadas para uma economia aberta, de mercado e de uma perspectiva administrativa para uma pretensamente democrática, e de intervenção burocrática para uma racional, no quadro de uma reforma nos mecanismos de gestão do processo económico para lhe conferir eficiência. Abre: 100.

Angola, nomeadamente, o Banco Totta e Açores (BTA), o Banco de Fomento Exterior (BFE) e o Banco Português do Atlântico (BPA).

Em julho de 1997, foi aprovada pela Assembleia Nacional a nova Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola, lei 6/97, de 11 de julho, e a Lei Cambial - lei 5/97, de 11 de julho, que permitiram que se ultrapassassem alguns embaraços de origem legal, ficando o BNA como Banco Central, acometido de maior responsabilidade e autonomia para com maior propriedade poder conduzir e executar a política monetária e cambial do país.

Em 1999, foi decidida a extinção e liquidação da caixa Agro - Pecuária e Pescas (CAP) e em maio do mesmo ano, o BNA implementou um conjunto de medidas com o objetivo de estabilizar o mercado monetário e cambial e aumentar a competitividade entre os bancos. Em 1999, o Banco Nacional de Angola permitiu a flutuação da taxa de câmbio do Kwanza e implementou o Mercado Cambial Interbancário³, eliminando as barreiras da aquisição de moeda estrangeira para importações. Liberalizou as taxas de juro ativas e passivas para os bancos comerciais e lançou os Títulos do Banco Central.

No mesmo ano, o banco central angolano autorizou os bancos comerciais a realizarem empréstimos em moeda estrangeira aos importadores e foi aprovada pela Assembleia Nacional a Lei das Instituições Financeiras (Lei nº 1/99, de 23 de abril), instrumento de base para o setor financeiro. Em 2002, entra em funcionamento a EMIS (Empresa Interbancária de Serviços), possibilitando executar transações eletrónicas com o cartão Multicaixa, através dos Caixas Automáticos (ATM) e dos Terminais de Pagamento Automático (POS). Neste mesmo ano, o banco nacional angolano implementou o Sistema de Pagamentos em Tempo Real (SPTR).

³ O Mercado Monetário Interbancário é um mercado organizado entre bancos, os quais realizam entre si operações de financiamento à vista e a prazo (geralmente curto prazo). Neste tipo de operações, os bancos com liquidez excedentária cedem fundos aos bancos que se encontrem na situação inversa (Nunes, 2008).

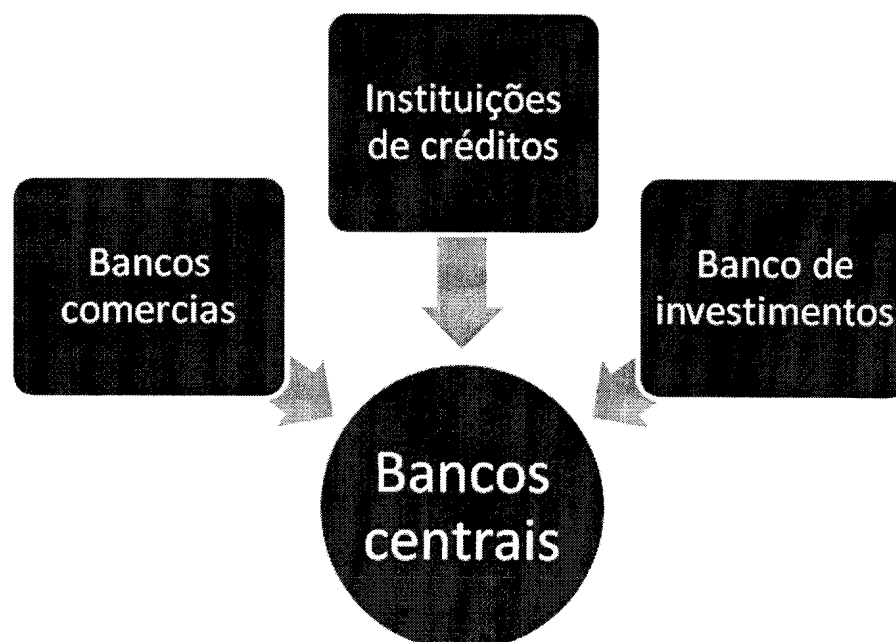
Em 2005, foi aprovada a lei do sistema de pagamentos de Angola, lei que regula a gestão, funcionamento e controlo do sistema de pagamentos para cumprimento, com o objetivo de supervisionar a atividade e o saneamento das instituições de crédito e das sociedades financeiras. Em 2011, o banco central angolano (BNA) passou a responsabilidade da emissão de moeda para o Banco de Poupança e Crédito (BPC). No ano seguinte, o BNA criou o Comité de Estabilidade Financeira (COMEF), com o objetivo de garantir a estabilidade financeira e servir de apoio ao conselho de administração. Ao mesmo tempo, este órgão foi criado para gerir crises financeiras, minimizar o impacto da crise financeira internacional na economia angolana e no setor financeiro, bem como velar pela execução macroeconómica (O País, 2012).

Em 2003, o BNA criou o mercado de títulos da dívida pública (Títulos do Banco Central, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro). As primeiras emissões de Obrigações do Tesouro foram realizadas sob tutela e supervisão do BNA, através do Sistema Integrado de Gestão de Mercado de Ativos (SIGMA), único sistema de registo centralizado de garantias em Angola. De 2007 a 2010 surgiu o novo plano de contas (CONTIF), a central de risco de crédito (CIRC) e a Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais. Em 2011, Surgiram novas taxas de juro de referência no mercado (taxa básica BNA e taxa LUIBOR)⁴, criadas pelo Comité de Política Monetária.

⁴ A Taxa BNA é uma taxa de juro que tem como objetivo sinalizar a orientação da política monetária para o mercado e serve de referência para a formação da taxa de juro do mercado interbancário. A LUIBOR (Luanda Interbank Offered Rate) é uma taxa média resultante das taxas de juro cobradas entre os bancos comerciais no mercado monetário interbancário (BNA, 2013).

2.2. Estrutura do Sistema Bancário Angolano

Figura n.º 1- Esquema do sistema bancário angolano



Fonte: BNA (elaboração própria).

- Banco Nacional de Angola
- Instituições bancárias de capital nacional as quais se constituíram em bancos de direito angolano
- Instituições bancárias de capitais estrangeiros, nomeadamente de capital português.

Entre as atribuições do BNA, sobressai a de banco central, responsável pela política monetária e cambial, colaborar na definição e executar a política cambial, bem como a supervisão do mercado bancário, gerir as disponibilidades externas do país e controlar a evasão de capitais estrangeiros. É também responsabilidade desta instituição velar pela estabilidade do sistema financeiro nacional, assegurando com essa finalidade a função de financiador do estado (BNA, 2013).

2.3. Importância da Banca em Angola

O setor bancário de Angola desempenha um papel de extrema importância no desenvolvimento económico do país, uma vez que os bancos privados, públicos e estrangeiros servem de intermediários nos pagamentos. Por outro lado, canalizam recursos obtidos sob a forma de poupanças para os agentes económicos com necessidade de recursos para execução dos seus projetos (APB, 2013).

Os bancos transformam o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro. Contudo, as operações bancárias não são extensivas a todos os estratos sociais. Os esforços para a modernização do sistema financeiro angolano, em particular do sistema bancário angolano são extensivos aos quatro cantos do território angolano, contribuindo de maneira determinante para o desenvolvimento económico e social de Angola.

Os bancos em Angola são a principal componente do sistema financeiro angolano, permitindo que os seus utilizadores (empresas privadas, públicas e pessoas singulares) realizem diariamente e de forma eficiente e segura, pagamentos de milhões de transações em Kwanzas e em moeda estrangeira. Os bancos exercem um papel central na captação, preservação e remuneração das poupanças de cidadãos angolanos, garantindo que estas poupanças estejam disponíveis aos seus proprietários. Além disso, os bancos disponibilizam os seus próprios recursos e de seus depositantes e emprestadores para financiar a produção, investimentos, canalizando esses recursos para os usos nos quais se espera o maior retorno e assumindo os vários tipos de riscos envolvidos nessas operações de empréstimo e financiamento (Banco de Cabo Verde, 2013).

Angola vive hoje um momento positivo da sua história económica recente, em particular do setor bancário. O sistema financeiro angolano regista uma considerável estabilidade macroeconómica, crescimento rápido, solidez externa e maior distribuição dos benefícios do crescimento para a população de baixo rendimento. Estes resultados ocorrem devido ao crescimento

económico e social que Angola tem conseguido, que é de capital importância na estabilidade económica e financeira do país, contribuindo para a captação de investimento no setor privado e de capitais estrangeiros, o que tem contribuído para o desempenho do setor empresarial e aumento da capacidade produtiva de Angola, em particular ao apoio das pequenas e médias empresas.

A intervenção do governo angolano tem permitido um melhor funcionamento do mercado de crédito e a credibilidade das instituições bancárias, com o intuito de proteger os depositantes, aumentando a sua eficiência, melhorando a qualidade dos serviços bancários que são prestados aos seus clientes, e estendendo o acesso desses serviços a novos clientes. Dado a importância do setor bancário na economia angolana, é necessário aumentar a participação do setor bancário privado no financiamento, especialmente as fontes de financiamento a médio e a longo prazo. A redução da taxa de juro base depende da redução da inflação, da diminuição da volatilidade dos preços e de uma maior consolidação fiscal.

2.3.1. O papel dos bancos estrangeiros em Angola

O setor bancário angolano regista uma forte penetração de bancos estrangeiros, que na maior parte surgiram em Angola a partir de 1993, altura em que se inicia a liberalização do setor bancário em Angola. Mas, foi a partir de 2002, que ocorreu um aumento considerável do número de instituições bancárias estrangeiras devido ao fim do conflito armado e à conquista da paz em Angola (Inforbanca, 2009).

O surgimento destas instituições bancárias deveu-se à escassez de capitais, às barreiras na concessão de crédito, aos reduzidos orçamentos e à incapacidade do governo em fazer cobertura das necessidades reais dos diversos setores do país, com destaque para o setor empresarial, nomeadamente o financiamento das grandes, médias e pequenas empresas, sobretudo no setor agrícola, na habitação e na indústria.

Segundo a consultora Deloitte (2012), a permanência de instituições financeiras estrangeiras em Angola é motivada pelas políticas de liberalização financeira e do setor bancário por parte do governo angolano, que visam melhorar a atividade das instituições bancárias, através de reformas nos bancos públicos e nos bancos privados, evitando a dependência do setor empresarial do financiamento do governo e do setor petrolífero.

As instituições bancárias estrangeiras têm participado de forma ativa no processo de reconstrução de Angola, contribuindo para o crescimento económico do país e para a resolução de diversos problemas sociais que afetam a população angolana (como exemplos, a saúde, a habitação e a educação). Por outro lado, são também responsáveis pelo financiamento de muitas empresas do mosaico empresarial angolano, particularmente as operações de crédito e as aplicações em títulos e valores imobiliários, devido à disponibilidade imediata de capitais, permitindo o crescimento do mercado de crédito e um maior intercâmbio e troca de experiências entre as diversas instituições bancárias, incentivando a competitividade a nível interno, oferecendo serviços a todos os estratos sociais e impulsionando o desenvolvimento tecnológico no setor bancário angolano.

As instituições financeiras estrangeiras têm-se confrontado com a concorrência dos bancos locais (bancos públicos e privados), impedindo que os grandes bancos dominem o mercado financeiro angolano. Para maior solidez do setor bancário angolano é imprescindível que as autoridades monetárias do país fiscalizem as atividades dos bancos estrangeiros e evitem que instituições estrangeiras dominem o nosso sistema financeiro, provocando a fuga de capitais para o exterior e invasão fiscal. Esta concorrência tem permitido o alargamento do mercado de crédito, a redução das taxas de juro e a modernização do setor bancário angolano, oferecendo serviços que satisfazem os anseios da população e contribuem para o crescimento do setor empresarial, a redução da pobreza e o combate ao desemprego (Revista Lusofonia, 2013).

2.4. A Importância do Microcrédito no Crescimento Económico de Angola

O microcrédito é a concessão de empréstimos de pequeno valor aos pequenos empreendedores formais e informais, normalmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional⁵. Esse tipo de crédito faz parte da micro - finanças, que se estende à concessão de empréstimos, poupanças e outros serviços financeiros para pessoas de baixo rendimento (Mayrink, 2009).

O microcrédito possui as seguintes características:

- Ausência de garantias reais, já que a maioria das transações tem como garantia o aval solidário;
- Concessão de crédito ágil e adequado ao ciclo de negócios do empreendimento;
- Baixo custo de transação devido à proximidade entre a instituição e o tomador dos empréstimos, e à inexistência de burocracia;
- Ação económica com forte impacto social na comunidade;
- Elevado custo operacional para a instituição fornecedora dos recursos;
- Metodologia específica, que consiste na concessão do crédito.

Para uma melhor gestão do risco de crédito, as instituições de microcrédito optam por visitar o lugar onde labuta o devedor (funcionário) a fim de conhecer as reais condições de trabalho e as condições de retorno de capital passando a acompanhar o evoluir do negócio e a fornecer orientação se necessário (BNDES, 2013). O microcrédito em Angola está ainda a dar os seus primeiros passos. O início de atividade do Microcrédito comercial em Angola ocorreu em 2001, com experiências na província do Bengo (Caxito, Barra do Dande, Sassa e Musseque).

⁵ O Microcrédito surge das ideias de Muhammad Yunus, formado em Economia, que num certo dia emprestou 27 dólares a 42 mulheres da cidade de Jobra, para que estas pudessem adquirir matéria-prima para confeccionar os seus artesanatos, tornando-as assim independentes (creditopessoal, 2013).

O decreto de 03/2005, define o microcrédito como sendo a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores. O Microcrédito comercial é desenvolvido na província de Luanda, Bié, Huíla, Malange e Benguela. Em Angola, esta atividade baseia-se no empréstimo de pequenas quantias monetárias, concedidas por instituições de microcrédito e bancos comerciais aos pequenos empreendedores (pessoas singulares e micro e pequenas empresas). Segundo o BNA (2013), o empréstimo concedido a um pequeno empreendedor, pessoa singular ou coletiva não deve exceder a Kz 1.000.000,00 (um milhão de Kwanzas), por cliente ou grupo solidário.

De acordo com o Banco Sol (2013), o microcrédito em Angola surgiu devido a dificuldades de acesso ao crédito e aos serviços bancários pelas camadas mais desfavorecidas. Para aquele banco, podem ter acesso ao microcrédito cidadãos angolanos ou estrangeiros, com residência no país que :

- Tenham mais de 18 anos de idade;
- Sejam proprietários de um micro ou pequeno negócio, formal ou informal, em funcionamento, localizado em qualquer região com representação do Banco Sol;
- Apresente viabilidade económico-financeira;
- Tenha capacidade de gerar emprego/ocupação e rendimento;
- Não apresente restrições cadastrais;
- Desenvolva atividades que não prejudiquem o meio ambiente e que não sejam ilegais;
- Tenha dificuldade de acesso ao crédito bancário formal.

O microcrédito joga um papel importante no crescimento económico de Angola, em particular no apoio às classes mais pobres, funcionando como impulsionador das micros empresas e aumentando os rendimentos familiares de pequenos empreendedores com baixos ganhos, ou com dificuldades de acesso ao crédito bancário, proporcionando assim mais emprego, rendimentos às famílias e combate à pobreza. O microcrédito permite ainda a criação do auto - emprego e o aumento do capital individual (Leite, 2000).

2.5. Dificuldades do setor bancário em Angola

As instituições bancárias em Angola são limitadas, isto porque nem todos os angolanos têm acesso aos serviços bancários, encontrando-se estes na maior parte dos casos nos grandes centros urbanos, com destaques nas províncias de Luanda e Benguela. Muitos dos bancos apresentam diversos problemas, que dificultam o acesso da população aos serviços, desde valores mínimos de depósito elevados, juros altos e elevado risco de retorno de capital e dificuldade de concessão de crédito por partes das agências bancárias (Lisboa,2013).

Por outro lado, o desemprego, os baixos salários e a pobreza que afeta milhares de angolanos tem contribuído para o agravamento do atual quadro a nível do setor bancário angolano, contribuindo para o acesso ao crédito para as famílias mais pobres, as pequenas e médias empresas, sobretudo para o setor agrícola e nas zonas rurais. A dificuldade ao acesso a documentos básicos, como bilhete de identidade, dificulta a muitos angolanos a terem acesso ao emprego, aos serviços bancários e outros serviços a que têm direito.

O fraco investimento no setor das tecnológicas e telecomunicações por parte das instituições bancárias tem também contribuído para o mau serviço prestado por muitas agências bancárias do setor. Em razão deste fato é necessário maior investimento a nível do setor tecnológico e das telecomunicações em todas as áreas e serviços. A falta de pessoal qualificado e a deficiente seleção dos quadros é outro fator que tem influenciado negativamente na rápida expansão dos serviços bancários, devido ao deficiente funcionamento das instituições de ensino e ao aumento da corrupção.

Por isso é necessária uma maior intervenção das autoridades governamentais angolanas na criação de programas a favor do combate à corrupção, redução da pobreza, melhoria do setor da educação e estabilidade macroeconómica, vez que estas variáveis contribuem positivamente para o crescimento económico de Angola e o setor bancário em particular, nomeadamente falta de liquidez e risco de falência das instituições bancárias.

2.6. A Bancarização em Angola

A bancarização tem por objetivo aumentar o número de pessoas com conta bancárias e melhorar os serviços prestados pelas instituições bancárias em Angola e dar a conhecer ao público a importância dos bancos no fomento de atividades económicas e sociais. O Banco Nacional de Angola tem realizado esforços com vista à redução das tarifas bancárias de abertura de conta juntos dos bancos comerciais, de modo a incentivar a população a aderir ao sistema financeiro, em particular aos serviços bancários (BNA, 2013).

A expansão da rede bancária em Angola até ao presente momento é extensiva pelo menos a 1155 agências e dependências em todo o país, enquanto os depósitos totais cresceram 10 por cento, com maior peso em moeda nacional, que representam 52,43 por cento da carteira total. A taxa de bancarização em Angola atingiu, em 2012, os 23% (Angop, 2012).

O projeto Bankita tem possibilitado o acesso aos serviços bancários por parte dos cidadãos de baixo rendimento e contribuído para o crescimento da economia angolana. Foi essa a razão pela qual o BNA criou a conta Bankita, para ajudar a população a abrir conta com 100 Kwanzas e realizar transações. Segundo o BNA, em 2003 a bancarização atingia apenas 1% da população. Em 2010, atingiu 11% da população angolana (cerca de 1.980.000 de habitantes). Dados mais recentes apontam um valor na ordem dos 30% (Angop, 2012).

2.7. Análise macroeconómica de Angola

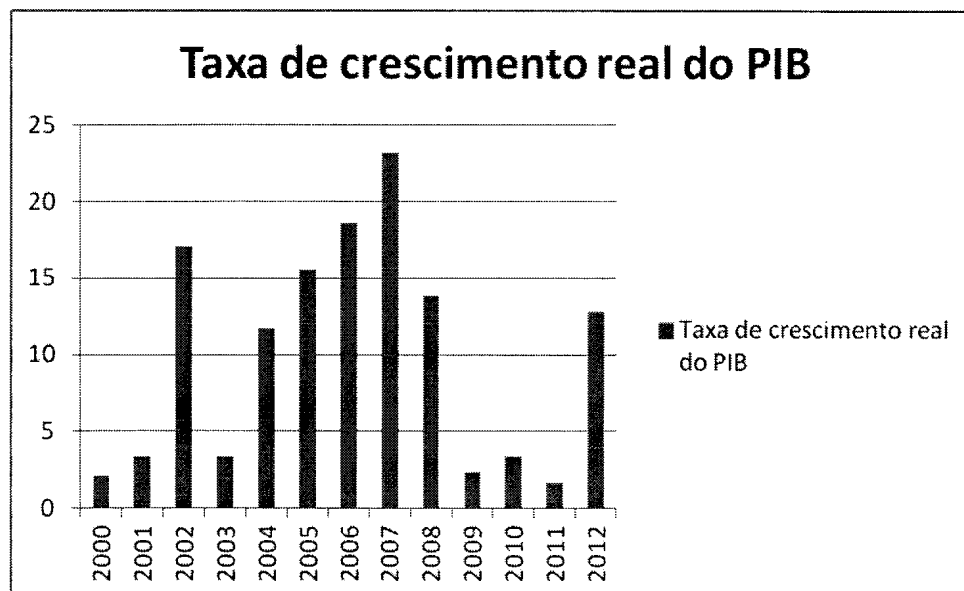
Nesta secção faremos o que estudo do comportamento dos agregados da economia angolana, fazendo uma análise da evolução dos principais indicadores económico de 2000 a 2012, bem como o impacto destes sobre o setor financeiro, no crescimento da economia, a estabilidade de preços e o controlo inflacionário.

Tabela nº1 - Indicadores macroeconómicos de Angola

RUBRICA	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de crescimento real do PIB	2,1	3,4	17,1	3,4	11,7	15,5	18,6	23,2	13,8	2,4	3,4	1,7	12,8
Taxa de inflação	325	153	109	76,5	31	18,5	12,2	11,8	10	13,4	15,3	12	10
Setor petrolífero (cresc. %)	5,3	9	8,8	7,6	9,1	10,4	13,1	20,4	12,3	-5,1	-3	-8,4	13,4
Setor não petrolífero (cresc. %)	0,1	-1,5	25	-1	13,9	19,4	25,9	25,4	15	8,3	7,8	8,1	12,5
Importações (cresc. %)	-2,2	4,6	3,76	5,48	6,36	8,35	11,3	15,2	21	23,6	18,1	19,5	20,8
Exportações (cresc. %)	53,6	-5,2	8,32	9,5	14,1	24,1	31,3	43,2	63,9	40,6	52,6	66,4	59,5
Taxa de câmbio (Dólar-Kz)	16,3	31,1	54,5	74,6	85,5	87,2	80,4	76,6	75,2	89,4	92,6	95,3	95,3
Dívida externa (% PIB)	10,5	10,8	10,4	9,9	9,16	10,5	9,4	11,2	8,36	7,62	16,1	18	18,2

Fonte: BNA, FMI e BM (elaboração própria)

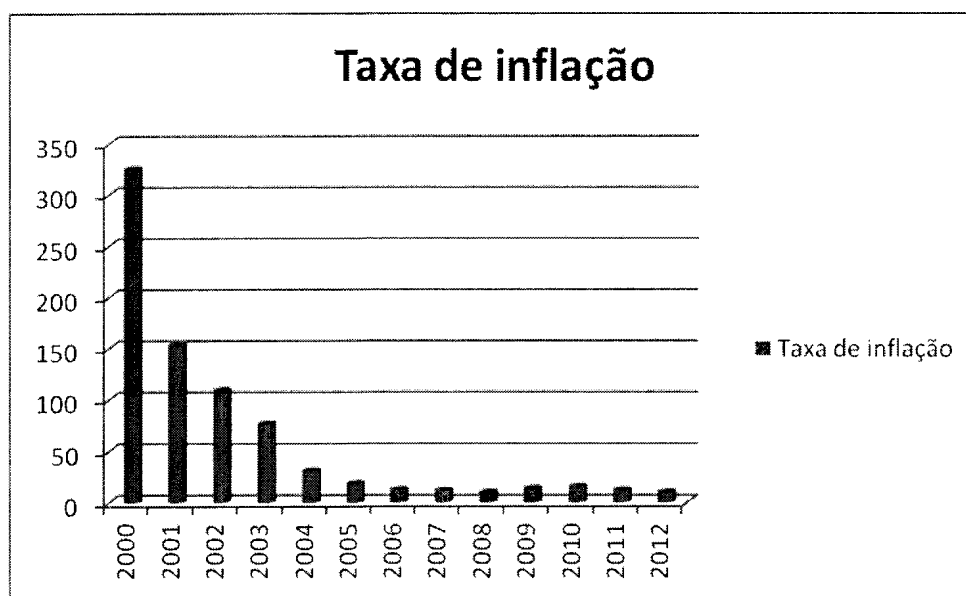
Gráfico n.º 1 - Taxa de crescimento real do PIB (%)



Fonte: BNA (elaboração própria)

O produto interno bruto registou um crescimento aceitável de 2004 a 2008, motivado pelas reformas no sistema financeiro, em particular no setor bancário e pela estabilidade política e militar, que aumentou as transações económicas e financeiras em Angola. De 2009 a 2011, notamos uma diminuição do PIB, isto deveu-se à crise financeira internacional e à queda pronunciada no preço do petróleo. Em 2012, o produto interno bruto retomou o seu crescimento normal, com uma taxa de 12,8%.

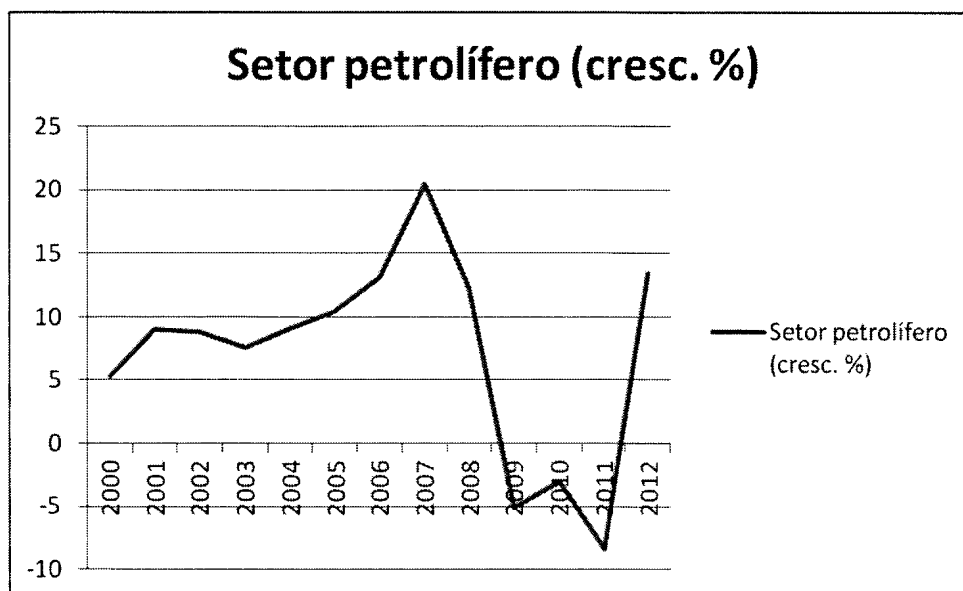
Gráfico n.º 2 - Taxa de inflação (%)



Fonte: BNA (elaboração própria)

A taxa de inflação reduziu-se consideravelmente de 2000 a 2012, tendo o ano 2012 o registo mais baixo, com uma taxa de 10%. Esta redução deveu-se aos investimentos no setor não petrolífero (agricultura, construção civil, transportes, comércio e serviços), levando a um aumento da produção interna, com impacto sobre as exportações e importações.

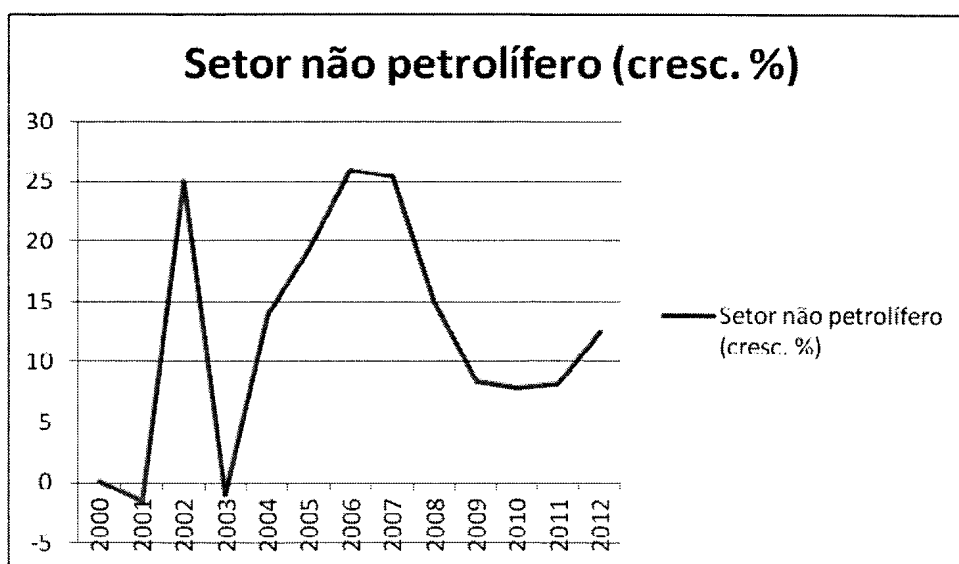
Gráfico n.º 3 - Setor petrolífero



Fonte: BNA (elaboração própria)

O setor petrolífero conheceu momentos de oscilação de 2000 a 2012, com contração em 2009 com 2,4% e 1,4% em 2011, devido ao impacto da crise financeira internacional e da recessão económica nos países mais industrializados da América e Europa, principais compradores de matéria-prima angolana, isso aliado à queda dos preços do petróleo. Em 2012, o setor petrolífero retomou o seu crescimento, com um registo de 13,4%.

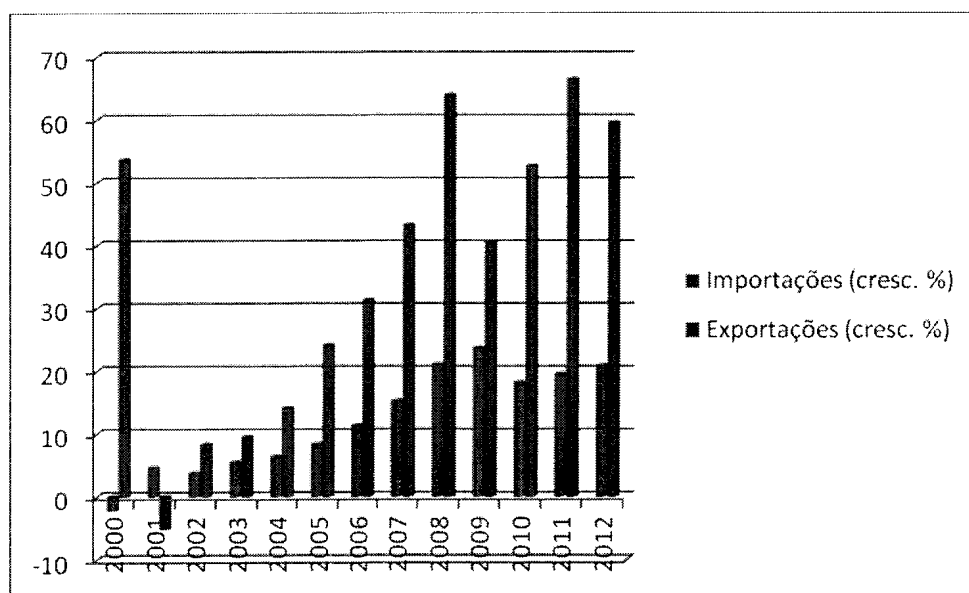
Gráfico n.º 4 - Setor não petrolífero



Fonte :BNA (elaboração própria)

O setor não petrolífero teve um crescimento significativo em 2004 a 2008, com máximo de 25,9% em 2007. Tal como o setor petrolífero, este setor também foi afetada pelo impacto da crise financeira internacional, provocando baixas de 2009 a 2011. Em 2012, o setor não petrolífero retoma o seu crescimento com uma taxa de 12,5%.

Gráfico n.º 5 - Exportações e Importações (taxas de variação anual)

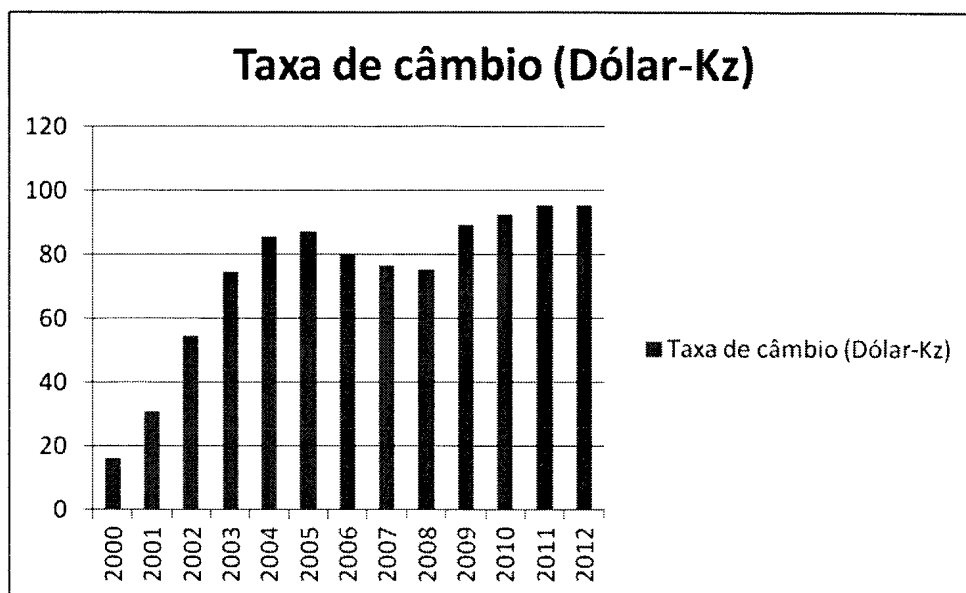


Fonte: BNA (elaboração própria)

As importações registaram um crescimento de 2000 a 2012, como nos mostra o gráfico em cima. Em 2012 observamos um máximo de 20,8%. Os resultados mais baixos foram de -2,2 % em 2000, influenciado pelo conflito armado que ainda assolava o país.

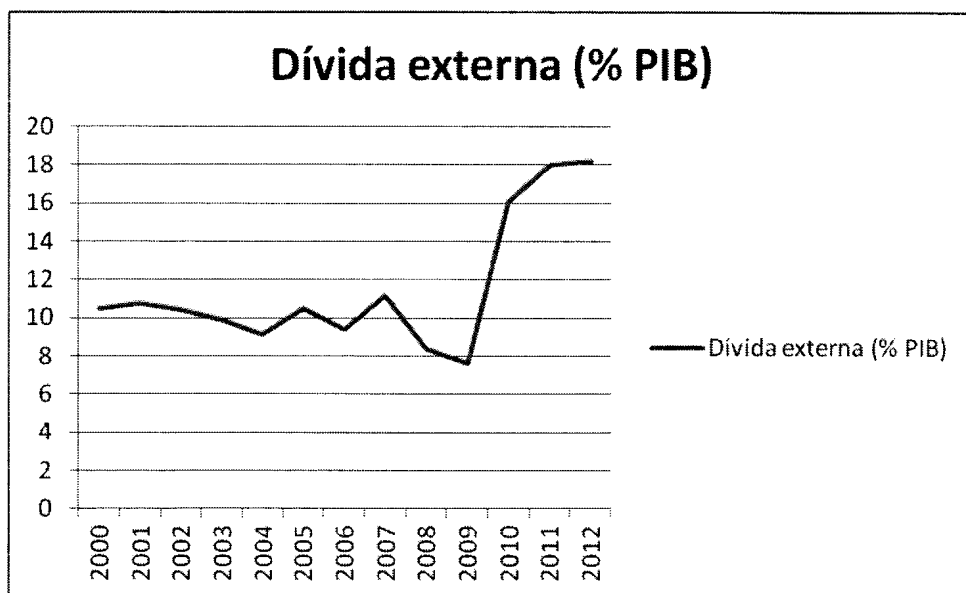
As exportações conheceram o seu esplendor de 2004 a 2008, com baixas em 2009. De 2010 a 2012 as exportações retomaram o seu crescimento, com máximo de 66,4% em 2011 e 59,5% em 2012. Os resultados mínimo forma de -5,2% em 2001. As reformas na economia após o fim do conflito armado foram cruciais para o crescimento deste setor. A taxa de câmbio ainda se manteve elevada com o uma unidade do dólar a custar 95,3 kwanzas. De 2000 a 2012, a taxa de câmbio subiu substancialmente.

Gráfico n.º 6 - Taxa de câmbio



Fonte: BNA (elaboração própria)

Gráfico n.º 7 - Dívida externa



Fonte: BNA (elaboração própria)

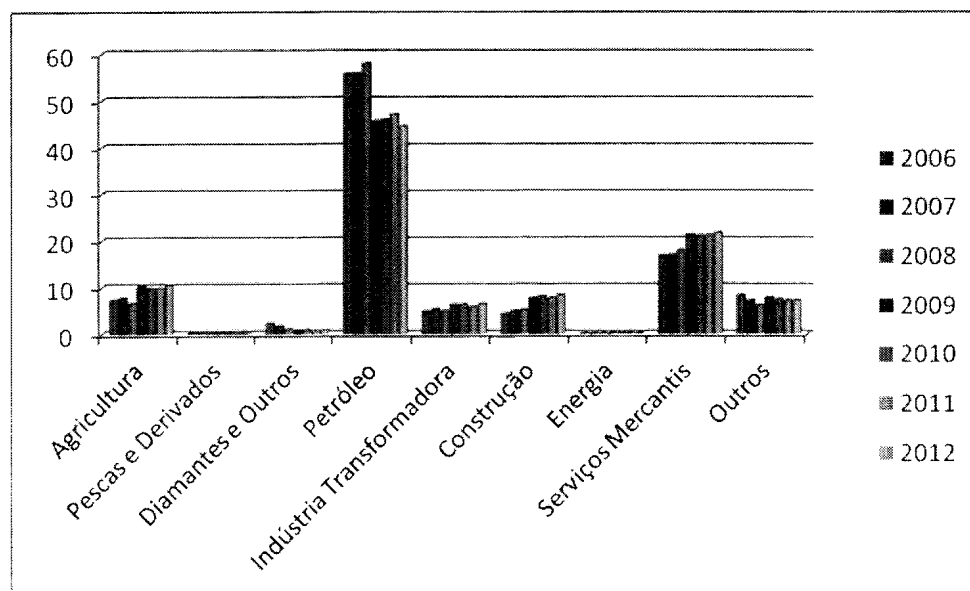
A dívida externa de Angola tem crescido, embora seja baixa pelos padrões internacionais, com um valor de 18,2% em 2012. A dívida externa elevada pode ser prejudicial para o país, pois cria uma dependência com relação aos credores. Muitas vezes, um país com elevada dívida externa não consegue saldar toda a dívida e compromete boa parte de seus recursos para pagar os juros.

Tabela n.º 2 – Estrutura do Produto Interno Bruto (%)

Rubrica	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura	7,34	7,74	6,58	10,21	9,86	9,85	10,5
Pescas e Derivados	0,31	0,28	0,23	0,25	0,23	0,21	0,25
Diamantes e Outros	2,33	1,77	1,07	0,92	0,96	0,78	0,84
Petroleo	55,71	55,81	57,92	45,56	45,94	47,06	44,49
Indústria Transformadora	4,83	5,31	4,92	6,23	6,28	5,84	6,47
Construção	4,34	4,93	5,17	7,7	8,14	7,74	8,39
Energia	0,09	0,08	0,09	0,13	0,13	0,13	0,14
Serviços Mercantis	16,76	16,91	17,92	21,23	21,04	21,19	21,68
Outros	8,28	7,17	6,1	7,77	7,42	7,2	7,25

Fonte: Ministério do Planeamento (elaboração própria)

Gráfico n.º 8 - Estrutura do Produto Interno Bruto (%)



Fonte: BNA Ministério do planeamento (elaboração própria)

A tabela número 2 e o gráfico número 8 mostram a evolução dos setores que mais cresceram no período de 2006 a 2012. Os setores que mais contribuíram para a crescimento do produto interno bruto foram os setores do Petróleo, Agricultura e os Serviços Mercantis. O setor petrolífero é o que mais contribui para o produto interno bruto devido à importância das exportações de petróleo e aos reduzidos investimentos feitos nos setores não petrolíferos, como a energia e as pescas.

2.8. Análise do setor bancário em Angola

Nesta seção vamos fazer análise do setor bancário de modo a compreendermos sua evolução e crescimento ao longo de 2006 a 2012, bem como o impacto das instituições bancárias no crescimento económico do país, em particular a concessão de crédito, depósitos, ativo e passivo total e outros indicadores expressos na tabela que se segue.

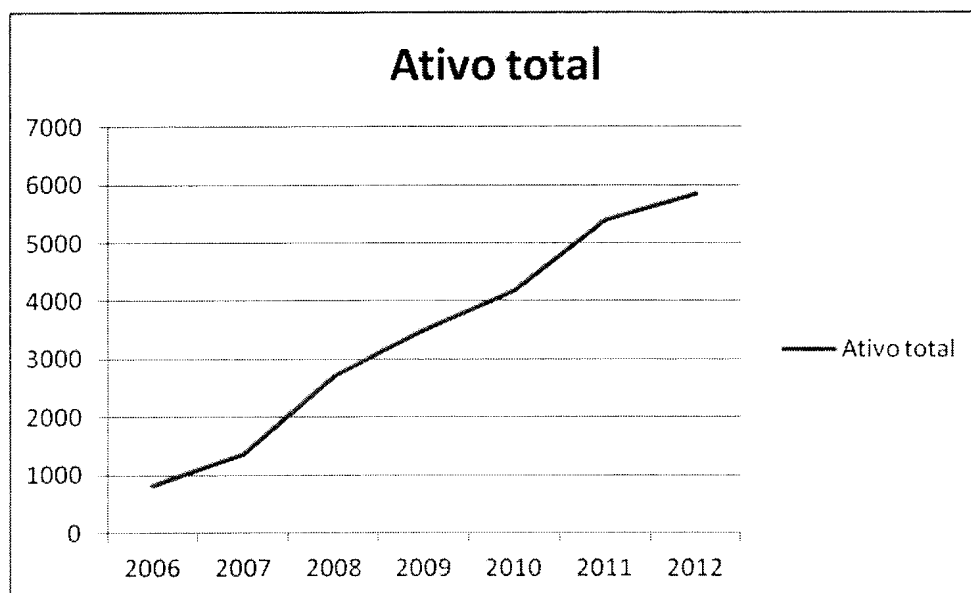
Tabela n.º 3 - Indicadores do setor bancário em Angola

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ativo total	830	1.355	2.707	3.510	4.187,29	5.405,02	5.841,73
Passivo total	729	1.116	2.427	3.091	3.745,40	4834,18	5.268
Capitais próprios	77	124	267	408	441,89	570,84	518
Carteira de crédito	344,4	507	819,9	1.344	1.600	448,47	475,445
Carteira de crédito (em % Ativo)	41%	37%	30%	38%	38%	8%	8%
Títulos e valores mobiliários	161	210	302,1	1.000	1100	1.135	1077,22
Títulos e val. Mob. (em % Ativo)	19%	16%	11%	28%	26%	21%	18%
Depósito	615,8	896,5	1585	2378	1.265,94	892,78	829,303
Capitais próprios / Ativo	9%	9%	10%	12%	11%	11%	9%
Crédito / Depósito (rácio de transformação)	56%	57%	52%	57%	126%	50%	57%

Valores em Milhares de Milhões de kwanzas

Fonte: BNA (elaboração própria)

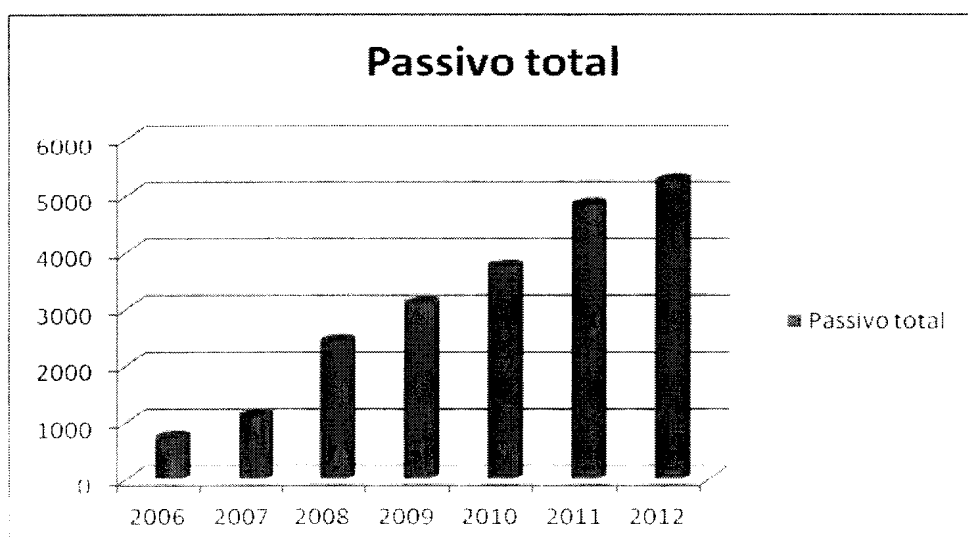
Gráfico n.º 9 - Ativo total (Milhares de Milhões de kwanzas)



Fonte: BNA (elaboração própria)

O ativo total do setor bancário angolano registou um aumento no período de 2006 a 2012, com um mínimo de 830 mil milhões de Kz em 2006 e máximos de 5.841,73 mil milhões de Kz em 2012. Este crescimento está associado ao aumento do capital, do crédito, dos títulos e valores mobiliários, e deve-se também à entrada de novas instituições bancárias no mercado financeiro angolano.

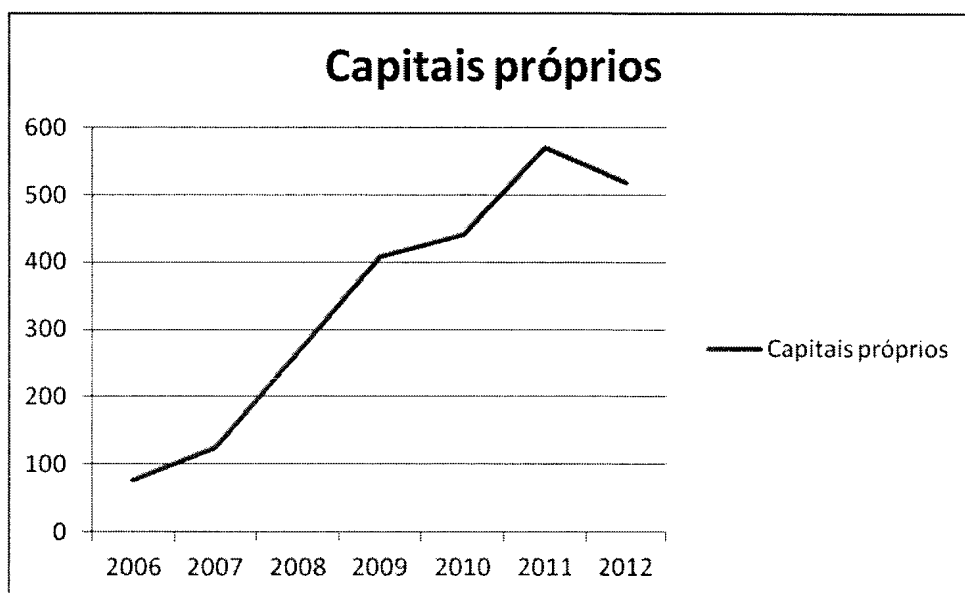
Gráfico n.º 10 - Passivo total (Milhares de Milhões de kwanzas)



Fonte: BNA (elaboração própria)

Em relação ao passivo total, houve um aumento gradual durante o período de 2006 a 2012. Em 2006, o setor bancário teve um registo de 729 milhões de kwanzas, passando para 5.268 milhões de kwanzas em 2012. Este crescimento deveu-se ao aumento dos depósitos, representando a principal fonte de capitação de receitas.

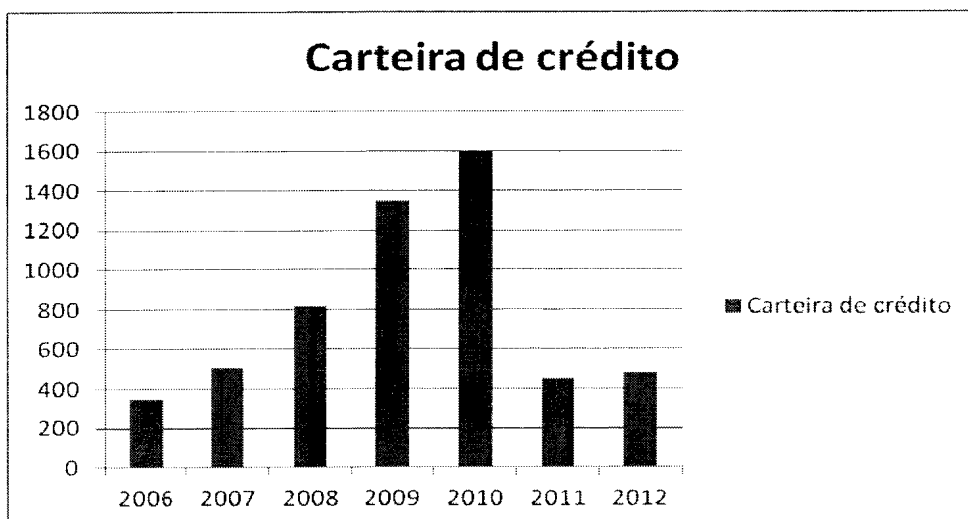
Gráfico n.º 11 - Capitais Próprios (Milhares de Milhões de kwanzas)



Fonte: BNA (elaboração própria)

O nível de capitais próprios no setor bancário angolano tem tido um crescimento animador, se olhamos para o período de 2006 e 2012, com um máximo de 518 mil milhões de kwanzas. O aumento dos capitais próprios deveu-se ao aumento das reservas, a partir dos lucros obtidos e por aumento de capital e por empréstimos feitos por algumas instituições bancárias.

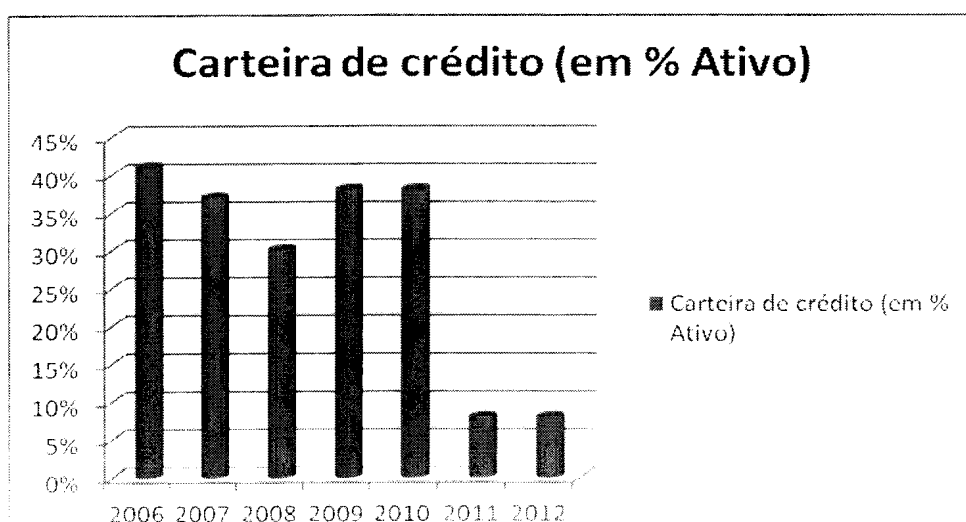
Gráfico n.º 12 - Carteira de crédito (Milhares de Milhões de kwanzas)



Fonte: BNA (elaboração própria)

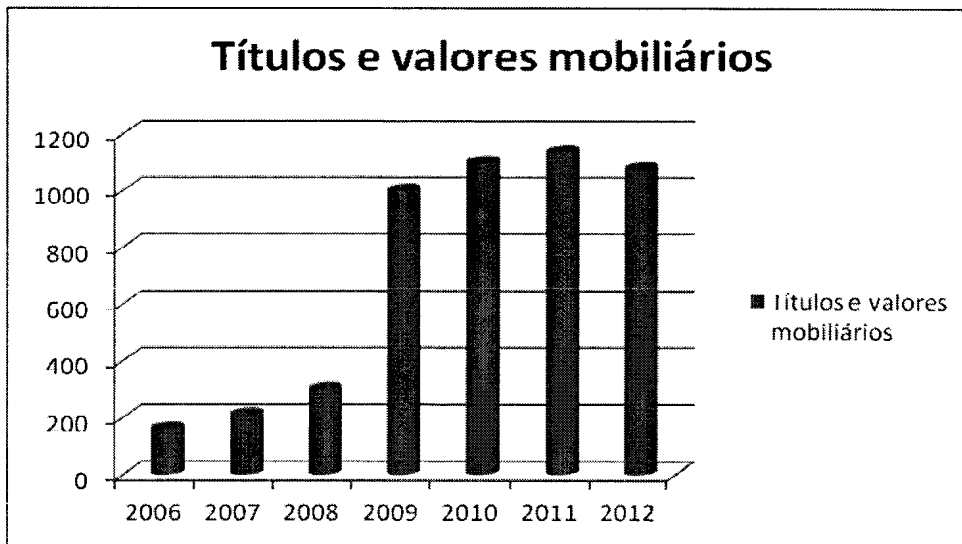
A carteira de crédito sofreu um aumento de 2006 a 2010, com 344,41 mil milhões de Kwanzas em 2006 e 1600 mil milhões de Kwanzas. Em 2011 e 2012 houve uma redução da carteira de crédito, para 475,44 mil milhões de Kwanzas em 2012 como nos mostra o gráfico. O crédito foi concedido em maioria ao setor privado, sobretudo às empresas e aos particulares. Os títulos e os valores mobiliários observaram uma subida de 161 mil milhões de Kwanzas em 2006 para 1.077 mil milhões de Kwanzas registados em 2012. O ano de 2010 teve o maior registo com 1100 mil milhões de Kwanzas.

Gráfico n.º 13 - Carteira de crédito (% ativo)



Relativamente à carteira de crédito em percentagem do ativo, de 2006 a 2012 constatamos que houve uma variação negativa. O período de 2006 a 2010 alcançou o maior registo com 41% em 2006 e 38% em 2010. Os anos de 2011 e 2012 tiveram os resultados mais baixos, fruto da queda acentuada do crédito, isto porque o número de clientes que contraíram empréstimos foi baixo.

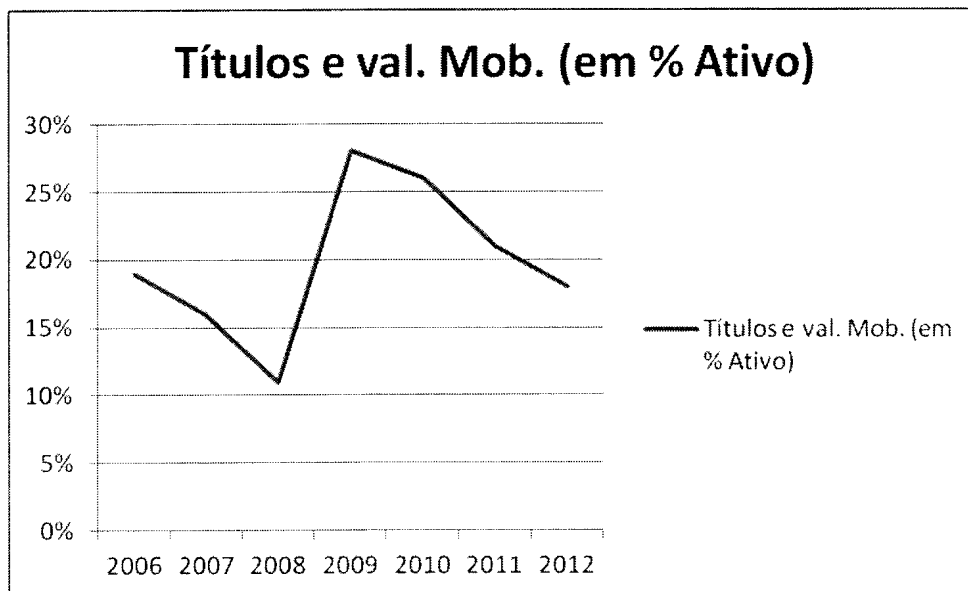
Gráfico n.º 14 - Títulos e valores mobiliários (Milhares de Milhões de kwanzas)



Fonte: BNA (elaboração própria)

Os títulos e os valores mobiliários observaram uma subida de 161 mil milhões de Kz em 2006 face a 1.077 mil milhões de Kz registados em 2012.

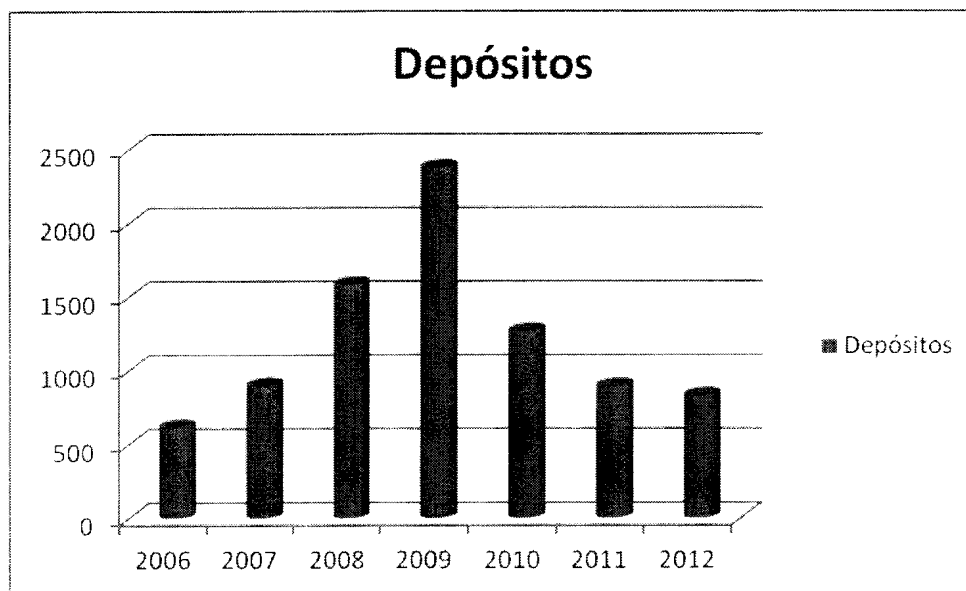
Gráfico n.º 15 - Títulos e valores mobiliários (% ativo)



Fonte: BNA (elaboração própria)

Os títulos e valores mobiliários, apesar da oscilação dos resultados em 2006 a 2008, mantiveram um crescimento na ordem dos 20% em 2009 a 2012. As taxas mais elevadas foram obtidas em 2009 (28%) e 2010 (26%).

Gráfico n.º 16 – Depósitos (Milhares de Milhões de kwanzas)

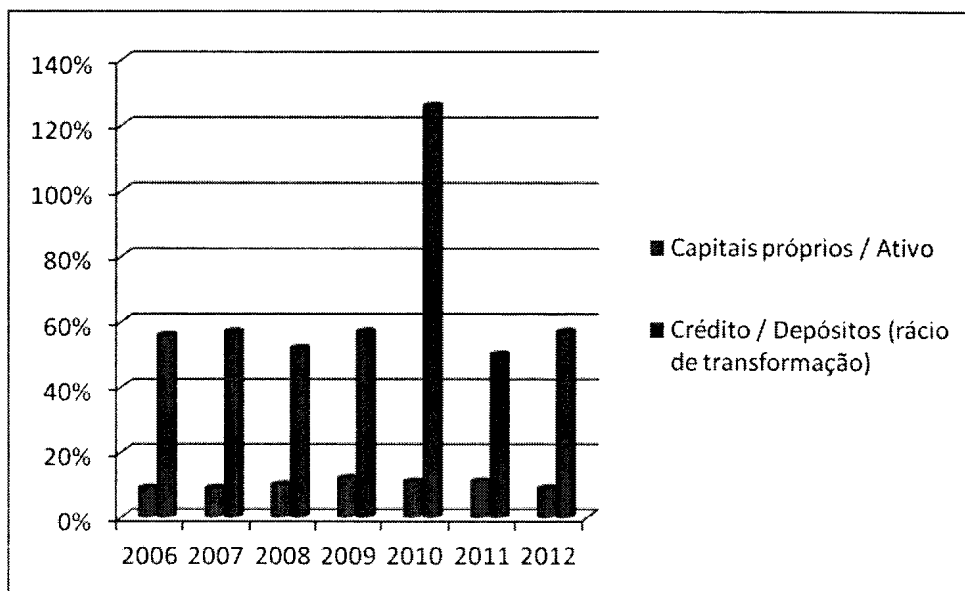


Fonte: BNA (elaboração própria)

O depósito de clientes manteve-se como a principal fonte de captação de receitas. Em 2006, o setor bancário teve um registo de 615,8 mil milhões de kwanzas em depósitos, o que representa um aumento de 10,5% em relação a 2005. Em 2007, o setor bancário teve um registo de 980 mil milhões de kwanzas em depósitos, o que representa um aumento de 58,4% em relação a 2006. Em 2008, o setor bancário teve um registo de 1650 mil milhões de kwanzas em depósitos, o que representa um aumento de 68,3% em relação a 2007. Em 2009, o setor bancário teve um registo de 2450 mil milhões de kwanzas em depósitos, o que representa um aumento de 48,5% em relação a 2008. Em 2010, o setor bancário teve um registo de 1350 mil milhões de kwanzas em depósitos, o que representa uma diminuição de 44,9% em relação a 2009. Em 2011, o setor bancário teve um registo de 980 mil milhões de kwanzas em depósitos, o que representa uma diminuição de 27,4% em relação a 2010. Em 2012, o setor bancário teve um registo de 900 mil milhões de kwanzas em depósitos, o que representa uma diminuição de 8,2% em relação a 2011.

sua maioria depósitos à ordem, captados junto do setor privado empresarial e dos particulares.

Gráfico n.º 17 - Crédito / Depósitos (rácio de transformação)



Fonte: BNA (elaboração própria)

O rácio crédito / depósitos indica o grau de alavancagem e a qualidade dos ativos em Balanço. Fazendo uma leitura deste indicador bancário, podemos visualizar que o rácio de transformação se encontra em níveis considerados aceitáveis, isto é, em torno dos 50%, existindo uma ampla margem para o seu crescimento.

2.9. Análise do risco no setor bancário em Angola

O departamento de gestão de risco foi criado no seio do Banco Nacional de Angola por meio do Despacho nº 43/11, com o objetivo de fornecer informações sobre toda atividade bancária, identificar as áreas geradoras de riscos, evitar a extensão dos riscos e minimizar os seus efeitos. A atividade reguladora do risco de crédito esta a cargo do CIRC (Central de Informação de Risco de Crédito), que é uma base de dados gerida pelo BNA, com informação prestada pelas entidades participantes (instituições que concedem crédito) sobre os créditos concedidos aos seus clientes (BNA, 2013).

A comunicação de informação ao Banco Nacional de Angola é obrigatória para todas as instituições bancárias. O principal objetivo da CIRC é apoiar as entidades participantes na avaliação do risco da concessão de crédito, permitindo-lhes consultar informação agregada sobre o endividamento de quem lhes solicita crédito. O CIRC contém informação sobre as responsabilidades de crédito efetivas assumidas por qualquer pessoa singular ou coletiva perante as entidades participantes, bem como as responsabilidades de crédito potenciais que representem compromissos irrevogáveis (BNA, 2013).

O ponto nº 1 do artigo 2º do Aviso nº 4/06 de 10 de março, relativo ao risco de liquidez, define-o como a falta de correspondência entre os prazos de realização dos ativos e exigibilidade dos passivos, que afetam a capacidade de pagamento da instituição, levando a que esta seja incapaz de cumprir com as suas obrigações.

O risco de crédito consiste na probabilidade de ocorrência de perdas resultantes do incumprimento dos pagamentos nas datas acordadas com os devedores e credores. O BNA, através do Aviso nº. 08/07 de 12 de setembro, estabeleceu as condições para realização da atividade de crédito e prestações de garantias e respectivas restrições, assim como o limite máximo de exposição por cliente a ser observado pelas instituições bancárias, fixado em 300% dos fundos próprios relativamente aos vinte maior devedores das instituições financeiras (BNA 2013)

O risco de mercado surge da ocorrência de perdas resultantes dos movimentos desfavoráveis do mercado, consubstanciando-se fundamentalmente no risco de taxa de juro e de taxa de câmbio. Os acordos de Basileia II ditaram as necessidades dos bancos em manterem fundos próprios adequados para evitarem os riscos de taxa de juro e taxa de câmbio. O BNA aprovou a 12 de setembro de 2007 a instrução nº. 06/07, que regulamenta a forma de cálculo do capital mínimo exigido para cobertura do risco de câmbio e ouro. Este aviso estabelece que a exposição cambial está limitada aos 100% dos fundos regulamentares para os ativos e passivos.

2.9.1. Avaliação dos pedidos de crédito no setor bancário em Angola

Os bancos têm todo o interesse em emprestar dinheiro aos empresários e pessoas singulares, pois isso é parte do seu negócio. A avaliação do risco de crédito procura demonstrar que não estão a correr riscos excessivos ao emprestar dinheiro. O risco de crédito dos clientes varia, mediante o tipo de cliente, o tipo de produtos e serviços oferecidos, o montante em causa e o tipo de entidade que concede o crédito. Em termos gerais, há três tipos de crédito: o que é concedido por empresas comerciais, nas vendas ao público e a empresas, e o que é concedido por instituições financeiras a particulares e a empresas (Empréstimobancário.com, 2013).

A avaliação do crédito começa com o contato entre o executivo do banco com o representante da empresa ou com pessoas singulares. Depois de serem expostas as reais preocupações da empresa ou pessoas, passam em seguida para o departamento de crédito, que irá solicitar a apresentação da documentação inerente ao crédito.

Caso se trate de uma empresa serão exigidos os três últimos balanços, balancetes, detalhamento do endividamento, suas fontes e aplicações, os estatutos da empresa, informações sobre os administradores e controladores. Estes documentos permitem avaliar a capacidade de gestão das suas próprias finanças, e analisar o histórico de crédito pessoal ou da empresa. Os riscos nas pequenas e médias empresas são analisados de acordo com a confiança que

se gera entre o cliente e a empresa e o historial de crédito do cliente (Banco Sol, 2013).

Nas empresas de maior dimensão, são criadas linhas de crédito especiais, normalmente em parceria com instituições financeiras ou com entidades especializadas na concessão de crédito. Na maior parte das vezes é exigido à empresa um projeto de investimento, que irá permitir analisar a viabilidade do projeto da empresa que solicita o crédito. O projeto de viabilidade económica tem como meta avaliar a capacidade da empresa de arcar com o pagamento dos encargos dos empréstimos.

Em muitos casos são feitas visitas às empresas com o objetivo de avaliar o estado da empresa. Após a entrega da documentação e da visita à empresa, o departamento para o crédito faz a análise de crédito que, junto com a documentação, será encaminhada ao comité ou departamento que irá aprovar ou não o crédito solicitado pela empresa. Este departamento é constituído por um grupo de pessoas responsáveis pelo setor de crédito.

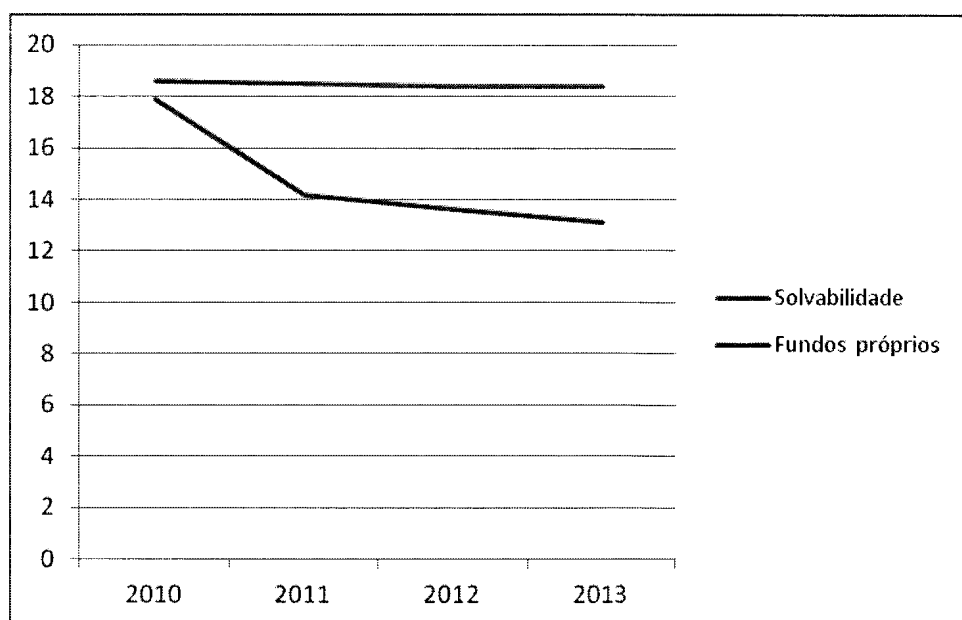
O representante da área de crédito ajuda em muitos casos as empresas a escolher as melhores áreas a investir, de modo a garantir o retorno do capital. Feita a análise de todo o dossier da empresa, o departamento ou setor de crédito dará a decisão final em relação ao empréstimo. A análise do risco de crédito também aborda a questão da garantia sobre o financiamento. As garantias são uma forma de segurança de pagamento do crédito que foi solicitado. São normalmente ativos complementares que o tomador do crédito apresenta como garantias. Estas têm de ser muito bem selecionadas e têm regularmente de representar valores iguais ou superiores aos montantes emprestados, para que no caso de insolvência o ativo seja utilizado para pagar a operação de crédito (BPC, 2013).

Na concessão do empréstimo é também discutida a taxa de juro. A taxa de juro resulta dos custos de produção, do custo de venda e da margem de retorno do empresário, mas para as instituições bancárias a taxa de juro resulta da soma do custo de captação de fundos por parte do banco⁶, do risco de crédito desse empréstimo e da margem que a instituição recebe por emprestar esse dinheiro. O prazo de pagamento do crédito é tido em conta na avaliação do crédito. Os prazos são reduzidos nos casos em que o risco de crédito é maior, devido ao baixo nível de rendimentos (Vieito, 2010).

2.9.2. Indicadores de risco do setor bancário em Angola

Nesta seção vamos analisar o risco no setor bancário em Angola de modo a medirmos a importância dos indicadores de risco sobre as instituições financeiras e para a segurança do Sistema Financeiro Nacional e gestão bancários.

Gráfico n.º 18 – Adequação do capital (rácios de solvabilidade e fundos próprios - %)

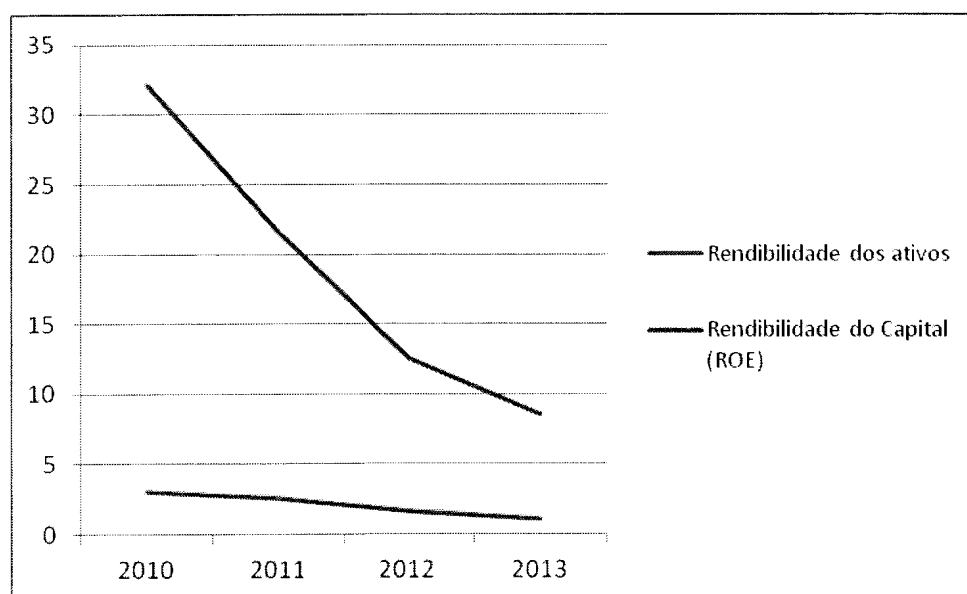


Fonte: BNA (elaboração própria)

⁶ O custo de captação pode ser comparado, no processo de produção, ao custo de matéria prima. Isto porque o custo de captação nada mais é do que o custo que o banco incorre para obter o dinheiro, que depois irá emprestar (Valle, 2002).

Fazendo uma observação da adequação do capital, podemos concluir que o rácio de solvabilidade manteve-se estável no período de 2010 a 2013, como uma média de 18%, com o valor mais alto em 2010, de 18,6%. Em relação aos fundos próprios houve um decréscimo no período de 2010 a 2013. O ano de 2010 teve um máximo de 17,9% e em 2013 um mínimo de 13,1%.

Gráfico n.º 19 - Rendibilidade dos ativos e rendibilidade do capital (%)

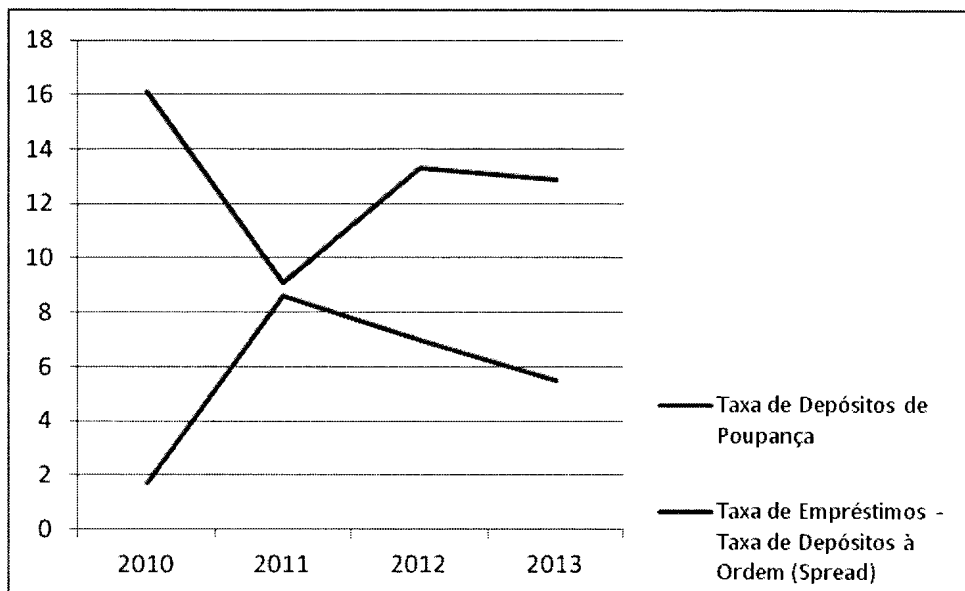


Fonte: BNA (elaboração própria)

A rendibilidade dos ativos sofreu uma diminuição nos últimos 4 anos. Os resultados alcançados foram de 3% em 2010 contra 1,1% em 2013. O mesmo aconteceu com a rendibilidade do capital, que em 2013 registou um mínimo de 8,5%, enquanto em 2010 alcançava valores de 32,1%.

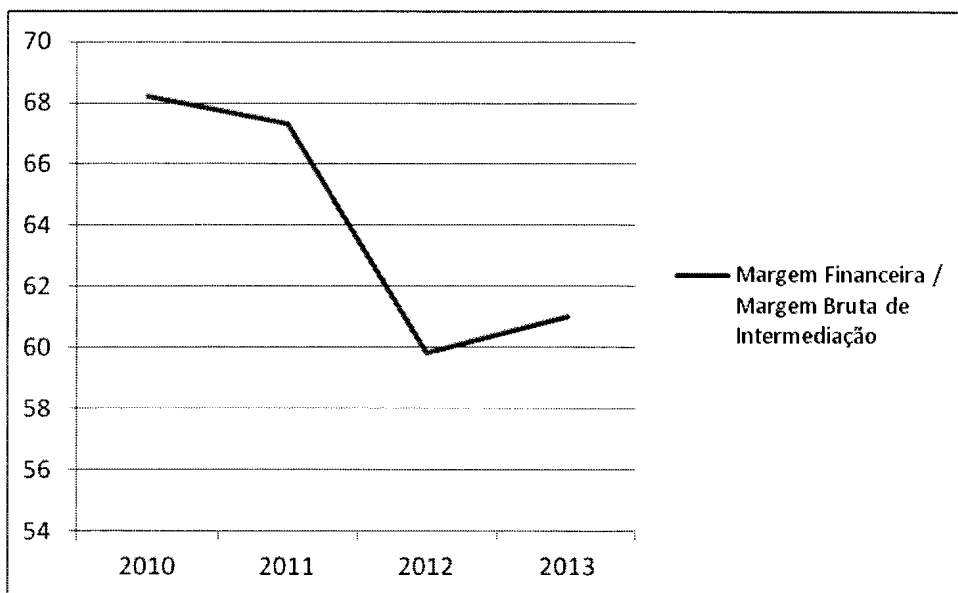
Quanto aos indicadores Taxa de Empréstimos - Taxa de Depósitos à Ordem (*Spread*) e Taxa de Depósitos de Poupança, tiveram uma evolução desigual de 2010 a 2013. Se olharmos para o gráfico seguinte, podemos constatar que Taxa de Empréstimos - Taxa de Depósitos à Ordem (*Spread*) teve em 2010 e 2012 uma evolução na ordem de 16,1% e 13,3%, contrariamente aos anos mais baixos de 2011 e 2013. Em relação à Taxa de Depósitos de Poupança, apresenta-nos os seguintes resultados: 1,7% em 2010 e 8,6% em 2011.

Gráfico n.º 20 – Taxa de Depósitos de poupança e taxa de empréstimo - taxa de depósito à ordem (%)



Fonte: BNA (elaboração própria)

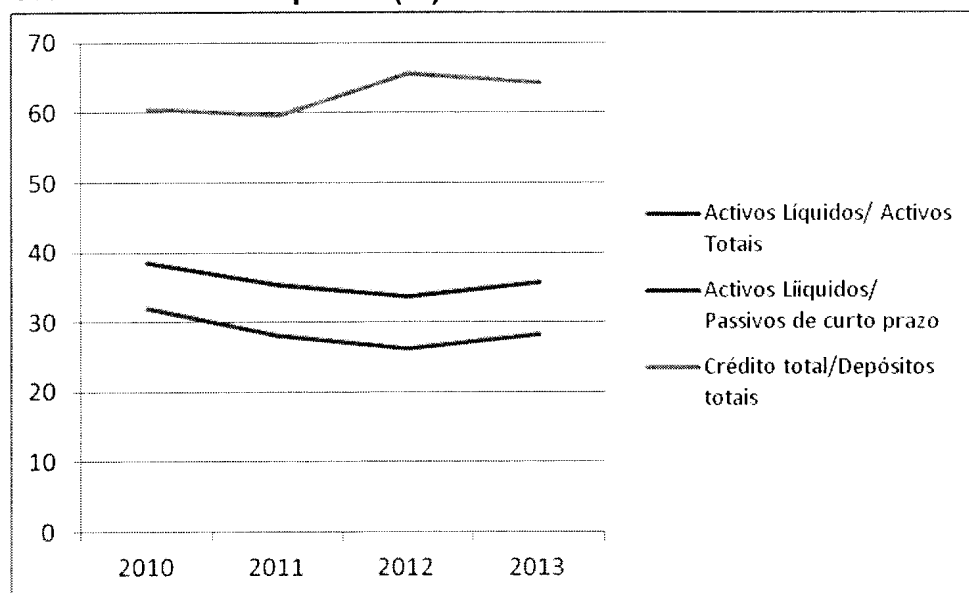
Gráfico n.º 21 - Margem financeira/margem bruta de intermediação (%)



Fonte: BNA (elaboração própria)

A Margem Financeira / Margem Bruta de intermediação apresenta valores acima dos 50%, como nos mostra o gráfico. No período de 2010 a 2013, os resultados alcançados foram de 68,2 % em 2010 e 67,3% em 2011. Os resultados mais baixos registaram-se nos anos de 2012, com 59,8%, e 2011 com 61%.

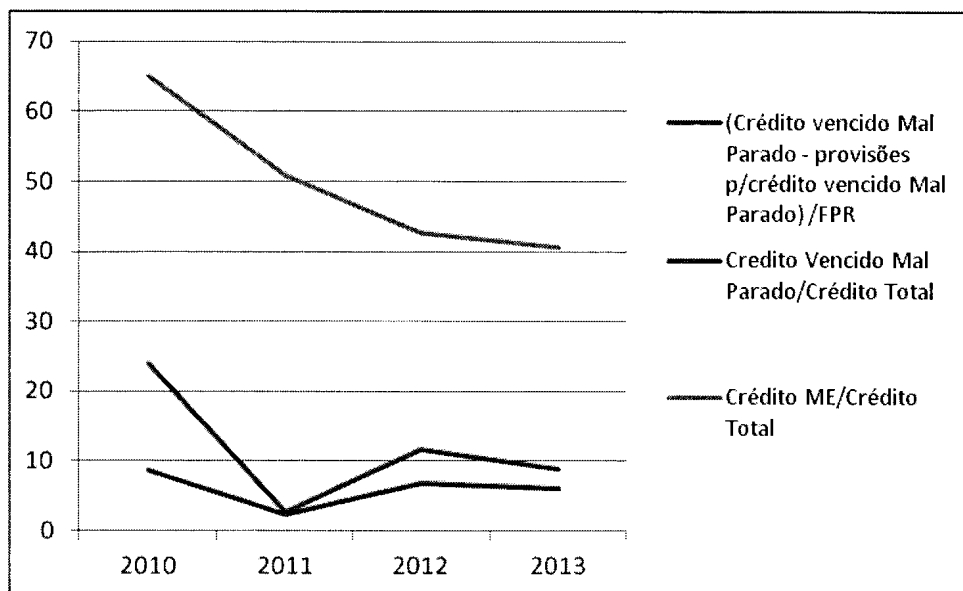
Gráfico n.º 22 – Liquidez (%)



Fonte: BNA (elaboração própria)

O rácio de liquidez ao longo dos quatro anos teve uma evolução considerável, se olharmos para os indicadores dos ativos líquidos/ ativos totais, ativos líquidos/ passivos de curto prazo e crédito total/depósitos totais. Podemos observar que os ativos líquidos/ ativos totais mantiveram uma média de 28%, sendo a menor percentagem de 26,3% em 2012, ao passo que os ativos líquidos/ passivos de curto prazo tiveram um registo em média de 35%, sendo o ano de 2010 o de maior registo, com 38,6%. Quanto ao crédito total/depósitos totais atingiram um valor satisfatório em relação aos demais indicadores de liquidez, com uma média de 60% nos quatro períodos. Os maiores registos verificaram-se em 2012, com 65,5% e 2013 com 64,3%, respectivamente.

Gráfico n.º 23 - Qualidade dos ativos (%)



Fonte: BNA (elaboração própria)

No que diz respeito à qualidade dos ativos podemos constatar que os indicadores mostram uma ligeira melhoria [vd. os indicadores de crédito ME/crédito total, crédito vencido mal parado/crédito total e o (Crédito vencido Mal Parado - provisões p/crédito vencido Mal Parado)/FPR]⁷. Os dois últimos indicadores são os que apresentam menor valor nos quatro anos em análise. A evolução do indicador crédito ME/crédito total é a de maior destaque, com um máximo de 64,9% em 2010 que se reduziu a 40,6% em 2013, refletindo a crescente utilização do Kwanza na atividade bancária.

⁷ FPR = Fundos Ponderados pelo Risco; ME = Moeda Estrangeira.

CAPÍTULO 3. ANÁLISE DE CASO – O BANCO DE FOMENTO DE ANGOLA (BFA)

A amostra do setor recaiu sobre o Banco de Fomento de Angola (BFA). A escolha deste banco deveu-se ao fato de ser um dos bancos que mais tem contribuído para o crescimento económico de Angola e por ser também um dos grandes impulsionadores do crescimento das pequenas e médias empresas, estando presente nos diversos setores do mosaico cultural, económico e social de Angola.

3.1. Principais marcos históricos do BFA

O Banco de Fomento Angola (BFA) é um Banco Comercial que deu início à sua atividade na década de 1990. Em maio de 2004, o BFA abriu três principais centros de empresas, com objetivo de apoiar as empresas.

Em 2005

O BFA cria o cartão VISA BFA GOLD, introduzindo no mercado bancário angolano o primeiro cartão de crédito. No mesmo ano, o BFA cria um fundo social destinado a financiar projetos ligados à educação, à saúde e à solidariedade social.

Em 2006

O BFA iniciou a expansão da sua rede comercial, com abertura do seu primeiro centro de investimento. A expansão da rede comercial foi acompanhada de um novo layout, cujos traços são a modernização da imagem, a valorização do ambiente personalizado e a criação de uma zona automática. O ano de 2006 foi marcado pela assinatura do protocolo entre o BFA e o Bank of China (sucursal de Macau). Ainda em 2006, o BFA deu início ao programa de internacionalização da rede de pagamento e de *acquiring* VISA, obtendo o estatuto de membro da VISA.

Em 2007

O BFA contava com 96 balcões das quais 86 agências, 7 centros de empresas, 4 centros de investimentos e 2 postos de atendimento. Neste

mesmo ano o BFA torna-se o primeiro banco a lançar o levantamento por cartão multicaixa, numa parceria com a VISA e a EMIS.

Lançamento de um novo cartão de crédito, o cartão BFA VISA Classic. Neste mesmo ano assina um contrato de 400 M USD de obrigações do tesouro.

Em 2008

Foi vendido 49,9% do capital do BFA à UNITEL. Foi ainda alargado o centro de investimentos na província de Benguela e deu-se a abertura do primeiro centro de investimento na cidade do Lobito. O BFA lança a super poupança BFA, principal fonte de captação de receitas e dólares.

No mesmo ano, ocorre o lançamento dos cartões de crédito VISA BFA Mwangolé Gold, os primeiros cartões de créditos BFA em moeda nacional.

Também em 2008, dá-se a assinatura do protocolo com as Forças Armadas Angolanas, por meio do qual o BFA concede crédito a cerca de 60 mil militares.

Em 2009

Expansão da rede comercial para 129 balcões. Alargamento da rede de centros de empresas para a província de Cabinda. Lançamento do serviço de Western Union a todo o território nacional.

O BFA recebe o prémio de melhor banco em Angola, pela revista EMEA Finance, uma publicação de referência na área de finanças na Europa, África e Médio Oriente.

Atribuição pela sétima vez consecutiva do prémio *Straight Through Processing Excellence Award* por parte da Deutsche Bank Trust Company.

O BFA torna-se o primeiro banco a fazer uso com sucesso do novo plano de conta do CONTIF.

Em 2010

Alargamento da rede comercial para 143 balcões. Procedeu-se à abertura de centros de empresas e de investimentos nas províncias de Luanda e Benguela.

Criação do arquivo central, inserido no atual sistema de informação com o objetivo de melhorar a qualidade de serviços aos clientes, permitindo aos bancos avaliar o risco de crédito do setor bancário.

Assinatura de protocolo com o governo angolano para adesão do sistema de pagamentos da remuneração dos funcionários públicos (SRAP).

Em 2011

Expansão da rede comercial para um total de 158 balcões e abertura do centro de empresas do Talatona e de investimento do Alvalade em Luanda. Lançamento do serviço BFA SMS para clientes particulares, através de mensagens de texto.

Lançamento dos serviços de *homebanking* em novembro de 2011, um novo serviço destinada a clientes particulares. Estes serviços permitem consultar o IBAN e o NIB, saldo de conta, movimento de câmbio, através de envio de mensagem por telemóvel.

Melhor banco de Angola, prémio atribuído pela revista EMEA Finance Magazine, pelo desempenho e sucesso alcançado.

Melhor empresa do setor financeiro angolano na primeira edição dos prémios Siruis, realizada pela Deloitte.

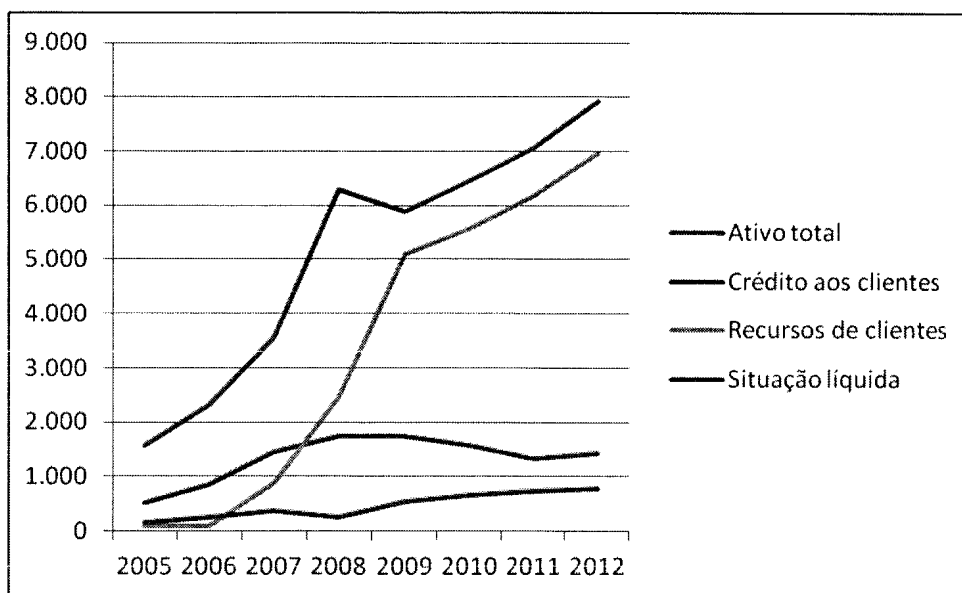
Assinatura do acordo Bankita com o BNA, o programa de educação financeira que tem por objetivo aumentar o número de cidadãos com contas bancárias. O BFA consolidou a liderança de rede de multicaixas com 309 ATMs.

Por outro lado, tem registado uma taxa de penetração, com 910 mil clientes, 298 ATMs, só em 2011. O BFA introduziu novos serviços como o BFA SMS serviço de mensagem que permite aos clientes consultarem o saldo e

indicadores de solidez com um ativo total de 7.930 milhões de dólares em 2012 e mais de 158 balcões e 131 agências por toda Angola, o que corresponde a mais de 15% do total da rede do setor bancário angolano.

3.2. Principais indicadores bancários do BFA

Gráfico n.º 24 - Principais indicadores bancários do BFA (milhões de dólares)

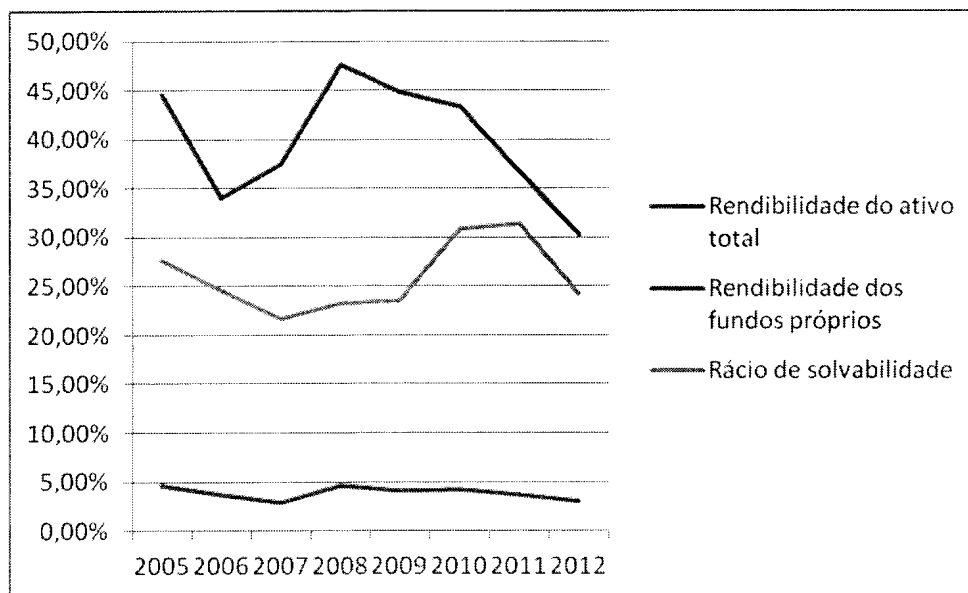


Fonte: BFA (elaboração própria)

Quanto aos indicadores do BFA, ilustrado no presente gráfico, podemos observar que o banco em questão teve um aumento significativo no ativo total, tendo alcançado máximos de 7.930 em 2012, o que mostra que continua a aumentar os seus ativos financeiros. O crédito aos clientes mantém-se em bom ritmo de crescimento. Em 2008, o crédito aos clientes cifrou-se em 1.736,90 milhões de dólares.

Podemos notar que, de um modo geral, houve uma melhoria da qualidade dos recursos dos clientes, particularmente no período de 2008 a 2012, onde o BFA registou o maior número de depósitos, sobretudo em 2012 com 6.972,20 milhões de dólares. Quanto à situação líquida, podemos verificar que houve um crescimento gradual de 2005 a 2012, com 163 milhões de dólares em 2005 e 776,2 milhões de dólares em 2012.

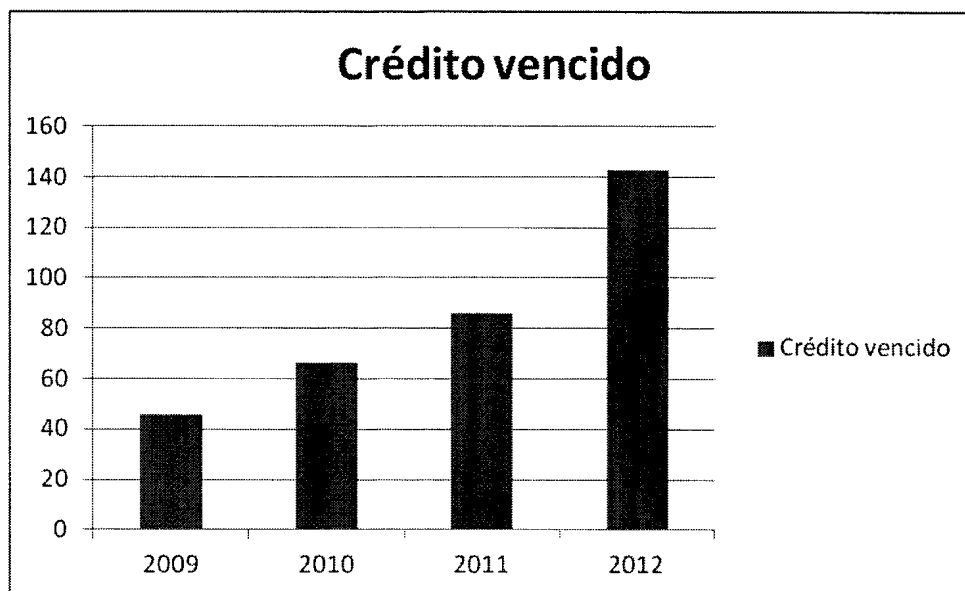
Gráfico n.º 25 - Rendibilidade do ativo total, Rendibilidade dos fundos próprios e Rácio de solvabilidade



Fonte: BFA (elaboração própria)

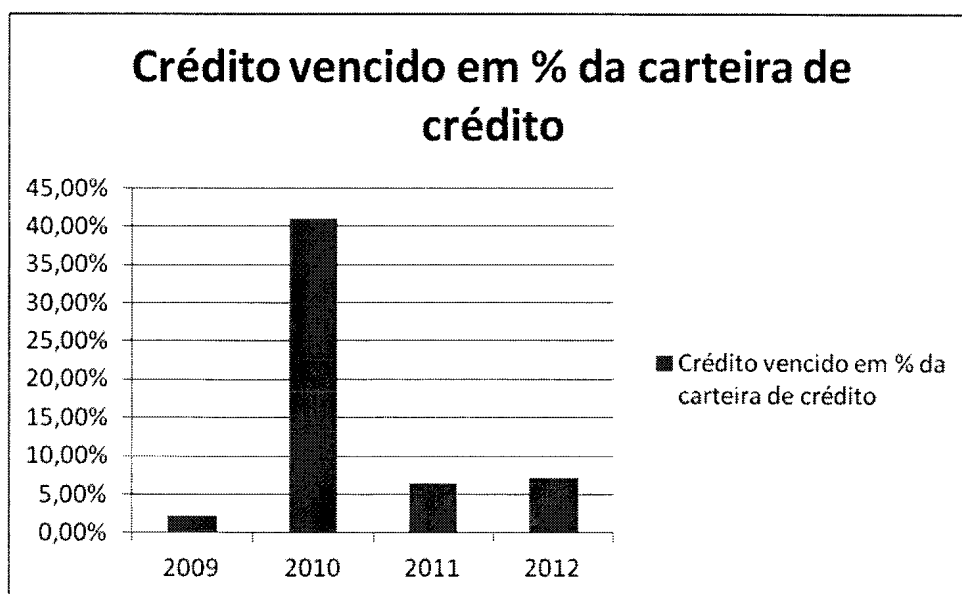
Em relação a estes três rácios podemos constatar que, no período de 2005 a 2012, apresentaram uma considerável variação de resultados, com destaque aos rácios de Rendibilidade do ativo total e de Rendibilidade dos fundos próprios. Estes rácios apresentam uma ligeira evolução de 2008 a 2010. Os anos de 2011 e 2012 tiveram uma variação nos resultados, demonstrando uma acentuada redução destes rácios. O mesmo já não acontece com o Rácio de solvabilidade que se trata de uma medida da relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma sociedade, que se encontra acima da média, isto é, acima dos 23%. O ano com o registo mais baixo é o ano de 2007, com 21,7%, contra 31,4% em 2011.

Gráfico n.º 26 - Crédito vencido (milhões de dólares)



Fonte: BFA (elaboração própria)

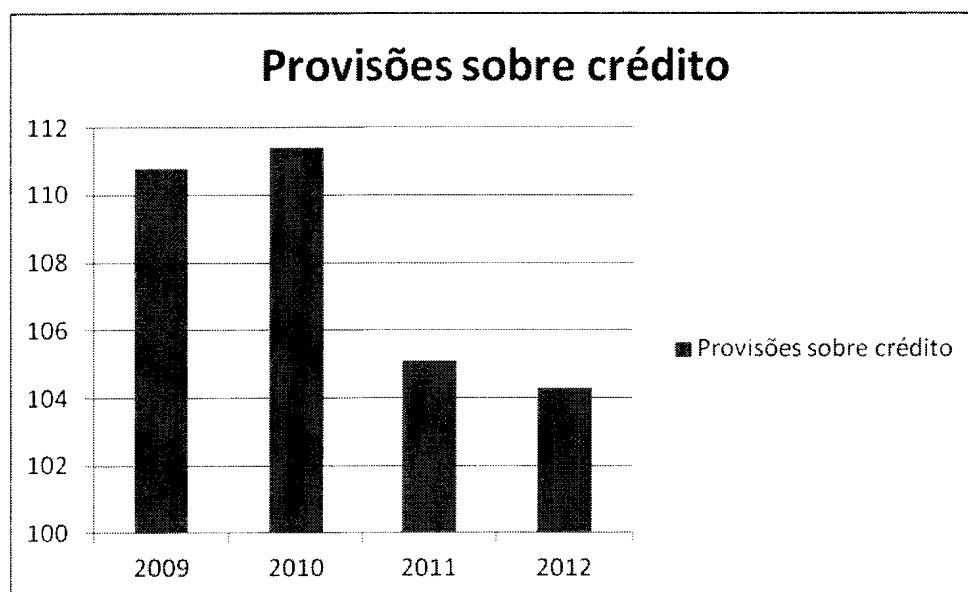
Gráfico n.º 27 - Crédito vencido em % da carteira de crédito



Fonte: BFA (elaboração própria)

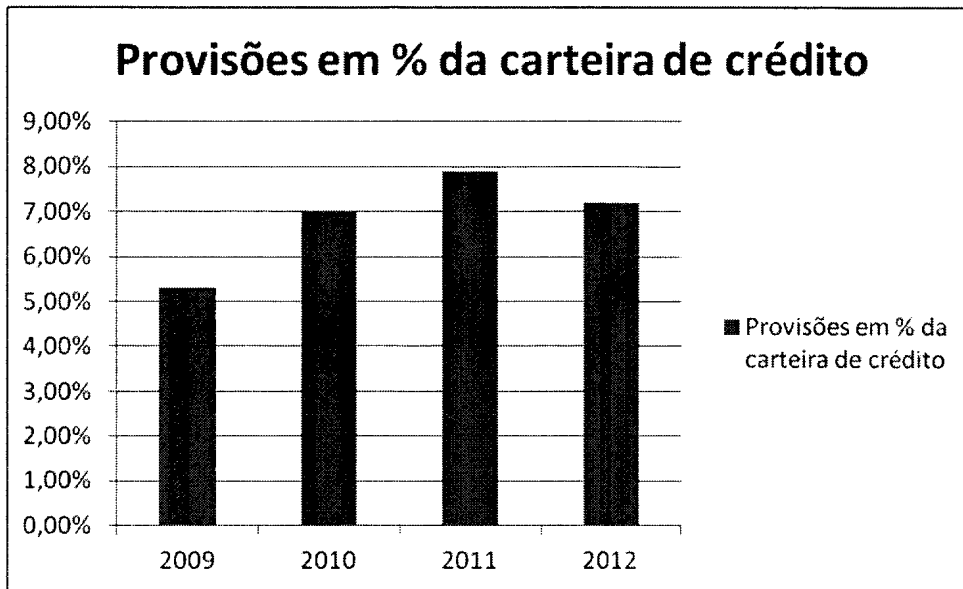
O crédito vencido teve um aumento de 2009 a 2012. O ano de 2012 foi o de maior registo com máximos de 143 milhões de dólares, ao passo que 2009 foi onde observamos o menor registo com 45,8 milhões de dólares. Relativamente ao Crédito vencido em % da carteira de crédito, este representou 7,2% em 2012, ultrapassando os 6,40% em 2011 . Nos gráficos n.º 28 e 29 apresentam-se as Provisões sobre crédito, que atingiram níveis animadores, atingindo um máximo de 111,4 milhões de dólares em 2010, enquanto o ano de 2012 registou um mínimo de 104,3 milhões de dólares. As Provisões em % da carteira de crédito tiveram uma variação de 2009 a 2012. O ano de 2011 regista o maior valor com 7,9%, seguido de 2012 com 7,2%.

Gráfico n.º 28- Provisões sobre crédito (milhões de dólares)



Fonte: BFA (elaboração própria)

Gráfico n.º 29- Provisões em % da carteira de crédito



Fonte: BFA (elaboração própria)

3.3. Considerações finais

Da análise realizada aos indicadores do setor bancário em Angola e da amostra do setor bancário (BFA), podemos concluir que o setor bancário em Angola está a registar um crescimento animador, visível no aumento de instituições bancárias nos centros urbanos e nas zonas rurais, devido aos aumentos do volume de capitais e do crédito concedido. Os depósitos têm subido gradualmente, isto devido à fase de crescimento macroeconómico que o país atravessa. Regista-se um aumento da concessão de crédito em kwanzas, isto porque os investimentos estrangeiros passaram a ser feitos mediante a aplicação de capitais em contas bancárias, em moeda estrangeira, destinados aos não residentes.

Em relação ao rácio de solvabilidade este manteve-se estável, o mesmo já não acontecendo com o dos fundos próprios, que teve um decréscimo no período de 2010 a 2013. A Rendibilidade dos ativos e a rendibilidade do capital sofreu uma diminuição. Os rácios de Taxa de Empréstimos - Taxa de Depósitos à Ordem (*Spread*) tiveram um crescimento aceitável. O mesmo já não sucedeu com a Taxa de Depósitos de Poupança, que apresenta resultados pouco animadores.

A Margem Financeira / Margem Bruta do setor bancário angolano apresenta um valor acima dos 50%, o mesmo acontecendo com o rácio de liquidez, nomeadamente os ativos líquidos/ ativos totais, ativos líquidos/ passivos de curto prazo e crédito total/depósitos totais. A qualidade dos ativos está em lento crescimento, como nos mostram os indicadores de crédito ME/crédito total, crédito vencido mal parado/crédito total e o (Crédito vencido Mal Parado - provisões p/crédito vencido Mal Parado)/FPR.

Em relação à amostra do setor, o Banco de Fomento de Angola (BFA), podemos notar que o mesmo registou um aumento do ativo total e do passivo total. No que concerne à situação líquida do BFA, houve um crescimento notável de 2005 a 2012. Também os rácios de Rendibilidade do ativo total e de Rendibilidade dos fundos próprios tiveram um crescimento considerável, tal como vimos anteriormente. O mesmo já não aconteceu com o rácio de solvabilidade. Por outro lado, as Provisões sobre crédito e Provisões sobre crédito (%) aumentaram gradualmente.

Relativamente ao impacto da crise financeira internacional sobre o setor financeiro em Angola, em particular o setor bancário em Angola, os efeitos da crise financeira internacional variam consoante as características concretas do nosso país, tais como a sua capacidade de produção interna, a existência de recursos naturais e humanos disponíveis, a ligação aos mercados financeiros e instituições financeiras internacionais, a sua capacidade exportadora

Em relação a importância do setor bancário e do crédito no fomento do setor empresarial podemos concluir que os bancos são as mais importantes do sistema financeiro, uma vez que o capital social (capital alheio) da maior parte das empresas é resultante de empréstimos bancários, isto porque grande parte das pequenas e médias empresas apresentam dificuldades de acesso aos mercados financeiros

Quanto ao impacto das mudanças no setor bancário e o risco de crédito no setor bancário em Angola, podemos dizer as mudanças no setor bancário são resultantes do percurso histórico que país atravessou, dos anos de guerras e dos ganhos que alcançamos e que são evidentes do período de paz. A partir de 1991 foram dados os primeiros passos em direção à liberalização financeira em Angola, com a liberalização do setor bancário.

O controlo do risco é feito pelo departamento de gestão de risco foi criado por meio do Despacho nº 43/11, com o objetivo de fornecer informações sobre toda atividade bancária, identificar as áreas geradoras de riscos, evitar a extensão dos riscos e minimizar os seus efeitos.

Em relação a Análise dos indicadores económicos de Angola e do setor bancário concluímos que a situação atual do setor é favorável, registando-se crescimento considerável, não só no que diz respeito a expansão das instituições bancárias, no volume de crédito concedido, mas também no volume de negócio do setor bancário, concessão de crédito e volume dos depósitos tem vindo a subir

Relativamente as dificuldades que as instituições bancárias enfrentam em Angola, realçamos que o setor em causa enfrenta inúmeras limitações, pois os financiamentos concedidos pelos bancos em Angola ainda não são extensivos a todos os estratos sociais (empresas e população em geral). As taxas de juro reais encontram-se a nível negativo, os juros ativos concedidos através dos empréstimos são elevados.

Em relação aos esforços e medidas empreendidos para a consolidação do setor bancário em Angola, foram tomadas medidas a nível da banca, para tornar o crédito bancário mais acessível e com controlo de risco de crédito. O controlo passou a ser feito pela Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC) do Banco Nacional de Angola (BNA), criado em 2011. O BNA empreendeu um vasto programa de campanha sobre educação financeira, em todo o território nacional, tendo como meta elevar o número de pessoas com conta bancária.

Da análise realizada aos indicadores do BFA, podemos concluir que o setor bancário em Angola está a registar um crescimento animador, visível no aumento de instituições bancárias nos centros urbanos e nas zonas rurais, devido aos aumentos do volume de capitais e do crédito concedido

CONCLUSÃO

O núcleo desta dissertação centra-se no conhecimento do papel das instituições bancárias no crescimento económico de Angola, com o objetivo de avaliar o impacto do sistema bancário sobre os diversos setores do país e as suas perspetivas de desenvolvimento, assim como conhecer a história do setor bancário angolano. Após a investigação realizada, concluímos o seguinte:

O setor bancário tem por finalidade a captação de recursos financeiros e a sua canalização para o crescimento económico do país. As instituições bancárias servem de ponte entre os poupadores e tomadores de empréstimos, permitindo aos agentes económicos os recursos necessários para o financiamento dos seus projetos.

Com a proclamação da República de Angola, o setor bancário angolano foi influenciado pelas mudanças no sistema financeiro internacional e fortemente afetado por três décadas de conflito armado, o que degradou o tecido social e económico de Angola.

O atual sistema bancário angolano é constituído por bancos comerciais, instituições de crédito e de investimentos, subordinadas ao Banco Central de Angola (BNA). Além de bancos comerciais e de investimentos, incorporam também o sistema financeiro angolano os fundos de investimentos, fundos de pensões, a futura bolsa de valores de Angola e companhias de seguros e instituições bancárias estrangeiras.

No entanto, o setor bancário angolano tem enfrentado problemas ligados à falta de controlo e fiscalização das atividades das instituições bancárias, dificultando a extensão dos financiamentos a todos os estratos sociais. Muitas instituições bancárias preferem conceder empréstimos a taxas de juro elevadas, com o intuito de obter maiores rendimentos, com prazos muito limitados e com montantes mínimos de depósito muito elevados. Portanto, a pobreza coloca barreiras na expansão dos serviços destas instituições financeiras.

O desenvolvimento do setor bancário angolano tem sido impulsionado pela concorrência entre as instituições financeiras que atuam no mercado de crédito e pelas inovações tecnológicas. Para minimizar as dificuldades de acesso aos financiamentos bancários por parte da população, é necessário que os bancos diminuam os custos das tarifas bancárias, de modo a que mais pessoas tenham acesso a financiamentos.

A paz alcançada em 2002 e as políticas associadas à bancarização têm permitido a expansão das redes bancárias nas cidades e nas áreas rurais. O aumento da concorrência no setor bancário tem possibilitado um aumento do crédito, e a eclosão de produtos e serviços, que têm implicações significativas para o quotidiano das pessoas, das empresas, gerenciando riscos, mobilizando poupanças e, sobretudo, facilitando investimentos e o crescimento económico e a estabilidade do setor bancário angolano.

Além disso, a fraca atividade comercial, em particular, a carência de grandes empresas nacionais e a falta de uma cultura contabilística e de gestão transparente nas empresas, tem contribuído para o aumento do risco de retorno do capital. O governo angolano tem implementado reformas no setor bancário, através das suas instituições financeiras (Ministério das Finanças e Banco Nacional de Angola) que garantem o funcionamento do mercado financeiro angolano.

O setor bancário angolano está em crescimento, motivado pela entrada de capitais estrangeiros e inovações tecnológicas, como as caixas eletrónicas e os pagamentos com cartão de crédito e de débito. Atualmente, as instituições bancárias angolanas já oferecem financiamentos a curto e médio prazo. Assiste-se ao aparecimento de inúmeras instituições bancárias em Angola, destinadas a servir os anseios de todas as classes sociais, inclusive aos mais desfavorecidos, oferecendo-lhes serviços como micro-créditos, que têm criado novas oportunidades de negócios e combatido o desemprego e a pobreza.

Os esforços do governo estão dirigidos para a estabilidade macroeconómica do país, orientados para a redução da inflação, a estabilidade nas taxas de câmbio e nas taxas de juros, o aumento das trocas comerciais, o controle de capitais estrangeiros, de modo a diversificar as fontes de

financiamento e melhorar as condições de crédito. Uma tarefa que não é exclusiva do Banco Nacional de Angola, mas de todas as instituições que incorporam o sistema financeiro angolano.

RECOMENDAÇÕES

Para uma melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas instituições bancárias em Angola é imprescindível que haja uma maior intervenção do governo angolano na criação de políticas que incentivam o aumento do número de instituições financeiras, quer a nível dos centros urbanos, quer nas áreas rurais. Por outro lado, é necessário que o BNA fiscalize as atividades das instituições bancárias e financeiras, de modo que estes forneçam aos cidadãos serviços que vão de encontro aos seus anseios. É importante que aquelas elaborem frequentemente relatórios e os coloquem à disposição dos clientes para que estes possam avaliar as atividades das instituições bancárias e escolher os melhores serviços. Cabe ao BNA a realização de programas de literacia financeira que levem a um maior conhecimento dos cidadãos e das empresas sobre o papel das instituições bancárias na execução dos seus projetos.

Deve existir maior incentivo aos bancos estrangeiros de forma a serem parceiros do Estado no financiamento das pequenas e médias empresas, bem como no combate à pobreza, em particular em programas como o microcrédito, e que estes sejam extensivos às zonas rurais, em particular no setor agrícola. Independentemente do apoio que os bancos estrangeiros dão ao país, é importante que o Banco Nacional de Angola e o Ministério das Finanças criem mecanismos que controlem melhor a atividade das instituições financeiras estrangeiras e evitem o risco sistémico provocado pelas crises financeiras internacionais e pela mobilidade de capitais.

Deve haver um maior empenho do departamento de gestão de risco, isto é, da Central de Informação de Risco de Crédito, com o objetivo de fornecer informações sobre a atividade bancária e identificar as áreas geradoras de riscos e evitar a extensão dos riscos, afim de minimizar os seus efeitos sobre o sistema financeiro. As autoridades monetárias de Angola devem evitar a fuga de capitais e controlar a entrada de capitais estrangeiros. Finalmente, é importante a implementação do mercado de capitais em Angola para que os bancos e as empresas diversifiquem as suas fontes de financiamento.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Nádida (2011), O sistema financeiro angolano, uma análise do setor dos seguros, tese para obtenção do grau do Mestrado, Lisboa.
2. ABREU, Cesaltina (2007), O “estado” do estado em Angola, novembro.
3. ABREU, Margarida; Cândida Ferreira, António Afonso e Vítor Escária (2012), Economia Monetária e Financeira, Escolar Editora, 2^a edição, Lisboa.
4. ANTÃO, Rosimeire Aparecida de Souza e CAMPANHOLLO, Tarcisio (2011), O crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social, Universidade Católica de Uberlândia, Rio de Janeiro.
5. BRITO, Giovani António Silva (2008), Modelo de classificação de risco de crédito de empresas, São Paulo, janeiro.
6. CARVALHO, Eveline Barbosa (s.d.), O Crédito Bancário como Estratégia de Inserção das Pequenas e Médias Empresas no Mercado Internacional, Brasil.
7. FERRAZ, Osni Giani e BRANDÃO, Sheila (2008), Microcrédito rural, junho.
8. LEITE, Carlos e MONTORO, Fernando António (2000), A importância do crédito para o desenvolvimento económico e social, janeiro.
9. LEITE, Karla Vanessa (2012), O acordo de capitais de Basileia III, Rio de Janeiro.
10. LISBOA, João de Jesus (2013), Contributo para a História do Setor Financeiro em Angola, Dissertação de Mestrado em Finanças, Universidade Portucalense Infante Dom Henrique.
11. MAYRINK, Rayssa Danielle Dantas (2009), O impacto do microcrédito sobre a renda e o emprego em Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado Profissional em Administração Belo Horizonte.

12. MONZONI, Mário (2008), Impacto de renda em microcrédito, Brasil.
13. MOTA, Wiston Luiz (2011), O Microcrédito como estratégia de redução de pobreza no nordeste, janeiro.
14. PAULA, Luís Fernandes Rodrigues (2000), O risco da atividade bancária em contexto da estabilidade de preços e de alta inflação, Revista económica, Rio de Janeiro.
15. PINA, Carlos Costa (2005), Instituições e Mercados Financeiros. Editora Livraria Almedina, 1ª edição, Coimbra, janeiro.
16. ROSÁRIO (2008), Conferência sobre regulação do mercado Financeiro em Cabo Verde, Cabo Verde.
17. SALES, Lourenço José (2007), Os acordos de Basileia e sua implementação no sistema financeiro moçambicano.
18. SANTOS, Claire Gomes e CARION, Machado (2009), Microcrédito e pobreza - Curitiba, junho.
19. SANTOS, Vilma da Silva (2006), O microcrédito como mecanismo de fomento para o desenvolvimento socio-económico, São Paulo.
20. VALLE, Maurício Ribeiro (2002), Mercados de Bonds: risco, rating e custo de captação, Revista de administração, São Paulo.
21. VIEITO, João (2010), Finanças Empresariais, Teoria e Prática, Escolar Editora, 1ª edição, Lisboa.
22. VASCONCELOS, Mário Sérgio (2011), O papel das instituições financeiras na transição para uma economia verde.
23. TOLEDO, Cristiane Samuel (2006), A importância do mercado de ações para o crescimento económico do Brasil, Florianópolis.
24. VEAUUVY, Alexandre (2011), Microcrédito como promotor de desenvolvimento social no Brasil, Campinas, novembro.
25. VALÉRIO, Nunes e outros (1994), A Evolução Económica de Angola durante o segundo período Colonial, Uma tentativa de síntese, Lisboa.

Artigos e webgrafia

1. Angola Acontece, Revista Económica, 2012
2. APB - Associação Portuguesa de Bancos, 2013
3. Aracena Ramón, in revista económica Valor Económico S.A. 2013.
4. Angonoticias, bancarização em Angola, 2012
5. Angop, A Bancarização em Angola, 2012
6. Banco Central do Brasil - Acordos de Basileia, 2013
7. Banco Sol, Microcrédito, 2013
8. BONATTO, Alexsandro Rebello - O Papel dos Bancos no Mercado de Crédito, dezembro de 2008
9. Banco de Cabo verde - O papel dos bancos, 2013
10. ENSA, Empresa Nacional de Seguros de Angola, 2013
11. DELLOITE, A Banca em Análise, 2012
12. FILHO, Raphael de Barros Monteiro - A Importância do Crédito como Fator de Desenvolvimento Económico e Social, 2013
13. Inforbanca - O sistema financeiro Angolano, 2009
14. Jornal o País, Jornal da Nova Angola, 2012
15. LOBO, Wilson - A bancarização de capitais monetários na economia do estado: o caso de Angola (2005-2010)
16. Microcrédito como promotor de desenvolvimento social no Brasil, Campinas, 2011
17. MONZONI, Mário- Impacto da renda em microcrédito, s.d
18. NUNES, Paulo - Ciências Económicas e Empresariais, 2011
19. NUNES, Paulo - Conceito de Mercado Monetário Interbancário, 2008
20. MAXWEL, Microcrédito: conceito, contribuições metodológicas, s.d
21. PEREIRA, José Matias - Síntese dos Três Pilares do Acordo de Basileia II, 2005
22. KPMG, Estudo sobre o setor Bancário, 2012
23. Relatório de Supervisão Bancária de 2007, 2009, 2010, 2011 e 2012, BNA

24. Revista e Negócios, Os Desafios para o Setor Bancário, 2012
25. TheFreeDictionary, 2012
26. Revista Lusofonia- Análise do Setor Bancário Angolano, 2013

Sites consultados

- Página virtual do jornal de Angola (www.angonoticias.com)
- Portal do BNA (wwwbna.ao)
- Portal do Banif (Banco Internacional do Funchal), 2007
- Portal do BNDES (O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), 2013
- Banco de Poupança e Crédito (www.bpc.ao)
- Empréstimobancário.com, 2013.
- Portal do Ministério das Finanças (www.minfin.gv.ao)
- <http://www.ocreditopessoal.com/microcredito>
- <http://www.thinkfn.com/wikibolsa>

ANEXOS